

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LUCAS DE MORAES BARROS**

**A TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
PARANÁ: AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E AS POSSÍVEIS  
RELAÇÕES NESSE PROCESSO**

**CURITIBA  
2014**

**LUCAS DE MORAES BARROS**

**TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
PARANÁ: AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E AS POSSÍVEIS  
RELAÇÕES NESSE PROCESSO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração, no Programa de Pós-Graduação em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Wagner da Fonseca


**CURITIBA  
2014**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

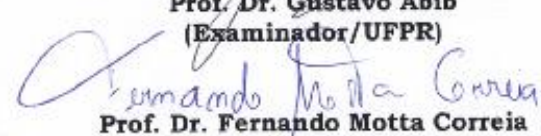
**Lucas de Moraes Barros**

**“A TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA NOS MUNICÍPIOS DO  
ESTADO DO PARANÁ: AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E  
AS POSSÍVEIS RELAÇÕES NESSE PROCESSO”**

**DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA  
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:**

  
**Prof. Dr. Marcos Wagner da Fonseca**  
**(Orientador/UFPR)**

  
**Prof. Dr. Gustavo Abib**  
**(Examinador/UFPR)**

  
**Prof. Dr. Fernando Motta Correia**  
**(Examinador/PPGDE/UFPR)**

**15 de dezembro de 2014**

*“Todas as vitórias ocultam uma abdicação.”*

Simone de Beauvoir

Dedico esse trabalho à minha filha Melissa, que apesar de não ter o conhecimento da importância dessa conquista, sempre foi minha fonte de inspiração e me deu forças para seguir em frente, em busca do conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço à minha filha Melissa, pela compreensão pelo tempo em que estive ausente, e por sempre estar ao meu lado, incentivando-me.

Agradeço também à minha família, por sempre acreditar e investir em mim. À minha mãe, que sempre foi meu porto seguro e um exemplo a ser seguido. Ao meu pai, por sempre ser seguro e me incentivar, mesmo observando as dificuldades.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Wagner da Fonseca, principalmente por ter paciência comigo, e pela ajuda na conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas, pelo incentivo, pelo apoio constante e pela paciência em entender que, quando estive ausente, foi porque estava focado nesta conquista.

Aos professores do mestrado, pelos ensinamentos e paciência em todas as etapas do curso.

Aos participantes da banca examinadora, pelas contribuições para buscar o constante melhoramento da pesquisa.

A UFPR, pela oportunidade de realização do mestrado.

## RESUMO

A transparência na gestão pública tem sido abordada frequentemente em pesquisas de nível mundial, e é possível observar que países estão criando políticas como forma de incentivo à participação popular no processo da busca de uma transparência efetiva. No Brasil, observa-se o primeiro passo sendo dado com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos anos 2000, mas somente com a Lei Complementar nº 131/2009 o país buscou contemplar a verdadeira transparência, pois, ao entrar em vigor, esta Lei obrigou todos os entes públicos a publicarem seus gastos em tempo real. Não obstante a apresentação desse novo cenário, ainda existe uma diferença entre o que é determinado pela Lei Complementar (LC) nº 131/2009 e o que é atendido pelos municípios. Com isso, é importante definir quais fatores influenciam na transparência fiscal. Assim foram analisados os portais da transparência dos 399 municípios do estado do Paraná, mensurando-se o nível da transparência fiscal através do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), considerado como a variável dependente da pesquisa. Posteriormente, se fez necessário o desenvolvimento de variáveis quantitativas independentes, com o intuito de responder as hipóteses que foram abordadas, relacionando-se a variável dependente e as variáveis independentes. Assim, foi utilizado um método de análise bivariada através da aplicação de testes de correlação não paramétrico, e também se fez necessária a aplicação de uma análise multivariada, seguindo o modelo de regressão *Stepwise*. Os resultados alcançados apontam que existe uma relação positiva entre as variáveis independentes, Taxa de Alfabetização, População Total, PIB *per capita*, Receita Arrecadada e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), e a variável dependente do estudo o ITFE. Além disso, o estudo aponta que os maiores municípios têm uma transparência fiscal mais efetiva, transmitindo informações com mais qualidade para a população, enquanto que os municípios com menos de 50.000 habitantes apresentam dificuldades em divulgar seus dados. O modelo proposto pelo método de regressão *Stepwise* explica aproximadamente 28,6% da transparência fiscal. Pode-se concluir, então, o pressuposto inicial da pesquisa de que, em geral, existe uma relação positiva entre a condição socioeconômica dos municípios e o nível da transparência fiscal eletrônica nos municípios do estado do Paraná.

Palavras-chave: Transparência, Gestão Pública, Municípios.

## ABSTRACT

Transparency in public administration has often been addressed in world-class research, its visible that countries are creating policies as a way of encouraging public participation in the process of search for an effective transparency. In Brazil, the first step is observed being given to the creation of the Fiscal Responsibility Law (FRL) in the 2000s, but only with Complementary Law No. 131/2009 the country sought to contemplate the true transparency, because, when entering force, this law forced all public bodies to publish their spending in real time. Notwithstanding the production of this new scenario, there is a difference between what is determined by the Supplementary Law (LC) No. 131/2009 and which is attended by the municipalities. Thus, it is important to define which factors influence the fiscal transparency and with it the following research problem arises: What is the relationship between socioeconomic indicators and the level of tax transparency of localities of the state? In order to answer this question, the portals of transparency of the 399 municipalities of the state of Paraná were analyzed, measuring up the level of fiscal transparency through the Electronic Fiscal Transparency Index (ITFE), considered as the dependent variable of the research. Later, it was necessary to the development of independent quantitative variables, in order to answer the hypotheses that have been addressed, relating to the dependent variable and the independent variables. Thus, we used a method of bivariate analysis by applying nonparametric correlation tests, and also the application of a multivariate analysis was required, following the stepwise regression model. The results achieved show that there is a positive relationship between the independent variables, literacy rate, total population, GDP per capita, revenue collected and municipal human development index (HDI), and the dependent variable of the study the ITFE. In addition, the study shows that the larger municipalities have a more effective fiscal transparency, transmitting information more quality for the population, while the municipalities with less than 50,000 inhabitants have difficulties in disseminating their data. The model proposed by stepwise regression method accounts for about 28.6% of fiscal transparency. It can be concluded, then, the initial assumption of research that, in general, there is a positive relationship between the socioeconomic status of the municipalities and the level of electronic tax transparency in the state of Paraná municipalities.

Keywords: Transparency. Public Management. Municipalities.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Comparativo entre os estudos recentes sobre o tema estudado .....	42
Quadro 2 –	Modelo de investigação do Índice De Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) dos Municípios do estado do Paraná.....	47

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Portais da Transparência no Estado do Paraná .....	57
Gráfico 2 – Comparação com outros Estudos.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Municípios.....	60
Tabela 2 – Estatística Descritiva do ITFE com os Municípios.....	62
Tabela 3 – Estatística Descritiva das Variáveis Independentes .....	64
Tabela 4 – Correlação não paramétrica com o Índice De Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) .....	67
Tabela 5 – Teste <i>R Square</i> de Regressão .....	69
Tabela 6 – Teste Anova para o modelo de regressão.....	70
Tabela 7 – Coeficientes para o Modelo de regressão .....	71

## LISTA DE SIGLAS

DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IGF	Iniciativa do Gerenciamento Financeiro.
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITFE	Índice de Transparência Fiscal Eletrônica.
LAI	Lei de Acesso à Informação.
LC	Lei Complementar.
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal.
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
NGP	Nova Gestão Pública.
NPM	New Public Management.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIBC	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>
POP	População
PPA	Plano Plurianual
RECO	Receita Orçamentária
RECOC	Receita Orçamentária <i>per capita</i>
RREO	Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária.
TANA	Taxa de Analfabetismo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	16
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA .....	17
1.2.1 Objetivo geral .....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1 TEORIA DA AGÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	20
2.2 ESTRATÉGIA NA GESTÃO PÚBLICA .....	24
2.3 TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA.....	26
2.4 NOVA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL ATUAL .....	30
2.5 ACCOUNTABILITY .....	35
2.6 REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA .....	40
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	44
3.2 CENSO.....	45
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	45
3.4 O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA (ITFE).....	46
3.5 VARIÁVEIS E HIPÓTESES.....	50
3.6 ANÁLISE DE DADOS.....	54
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>56</b>
4.1 ANÁLISE DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ ..	56
4.2 ANÁLISE ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA (ITFE) .....	59
4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS.....	63
4.4 REGRESSÃO MÚLTIPLA .....	68
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre transparência no setor público é algo que vem crescendo, nos últimos anos, dentro da sociedade. Meijer (2009) destaca que a transparência no setor público não é algo novo, mas o assunto está em evidência, pois a sociedade está cobrando mais dos gestores públicos.

Heald (2012) salienta que essa discussão vem aumentando principalmente em países que buscam uma forma de aprimorar a democracia, através do acesso às informações sobre as ações dos gestores públicos.

No mesmo sentido, Sánchez, Aceituno e Domínguez (2012) destacam que a aplicação da transparência é necessária para a reforma do setor público. Com isso, o acesso à informação pela população e a quebra do sigilo governamental são ferramentas de combate à corrupção no setor público.

Uma forma de aplicação da transparência de forma efetiva é a criação e a implementação de leis que cubram esse tópico e façam com que os gestores públicos sigam um processo democrático mais claro, buscando atender às reais exigências da sociedade.

Nesse sentido, Paiva e Zuccolotto (2012, p.22) destacam que: “A transparência fiscal tem sido vista, nos últimos anos, como uma possível solução para problemas como: desequilíbrio fiscal, aumento da dívida pública e corrupção”.

No Brasil, as mudanças para tornar o setor público mais transparente surgem somente na década de 2000. O poder público tem a obrigação de esclarecer seus gastos para a população, conforme está expresso na Lei Complementar (LC) nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Um dos objetivos da LRF é proporcionar transparência nas ações de municípios e estados. Esses entes federativos têm de atender aos limites do que foi definido como orçamento, apresentar suas contas detalhadamente ao Tribunal de Contas, que pode recomendar ou não a aprovação ao legislativo. No caso de não aprovadas pelo legislativo, uma investigação será instaurada,

o que pode vir a causar sanções, como multas ou inelegibilidade política para o gestor.

Sobre a criação da LRF, Santana Junior (2008, p.18) diz:

A LRF não só recebeu em sua elaboração influência de padrões que já eram adotados internacionalmente (principalmente União Europeia, Estados Unidos e Nova Zelândia) devidamente adaptados à realidade brasileira, como, também, trouxe em seus dispositivos legais novos conceitos de responsabilidade e transparência fiscal.

Mas a transparência de forma efetiva só vem após a criação da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Essas duas leis vieram para dar mais suporte à LRF e, principalmente, para tratar da transparência em si. Ambas têm como alvo o acesso à informação, determinando inclusive o nível de transparência que deve ser atingido pelos municípios.

As três esferas de poder (Executivo, Legislativo e o Judiciário) devem atender às leis e divulgar informações de forma mais clara para a população.

Segundo Santana Junior (2008), no Brasil, o nível da transparência dos órgãos públicos é baixo e isso se dá pela falta da divulgação de informações, ou por divulgação ineficiente da parte das esferas de poder público.

O contato mais fácil da sociedade com as esferas de poder é através dos municípios, ou seja, é mais fácil para a população cobrar por meio dos gestores públicos mais próximos do que dos que estão mais distantes.

Mas nem sempre os municípios atendem ao que é pedido pela legislação brasileira, muitos acabam não divulgando os balanços do período, e alguns dos que divulgam não conseguem transmitir com clareza o que é pedido nas leis.

Outro fator que pode contribuir para a falta de entendimento da sociedade é a precária estruturação dos sites e portais da transparência, além do de que alguns sites podem não ter atualização frequente, deixando a população sem saber como estão as contas públicas.

Em estudos recentes (PAIVA; ZUCCOLOTTO, 2009; PAIVA; GOMES, 2012; RAUPP, 2013), é possível observar que municípios brasileiros de maior porte tendem a divulgar mais informações do que municípios menores. Jorge, Pattaro e Lourenço (2011) destacam que esse fenômeno pode ser explicado, pois municípios menores têm menos recursos para implementação de ferramentas ligadas à transparência.

Já os estudos de Bairral e Silva (2013) e Jacques, Quintana e Macagnan (2013) apontam que municípios com maior PIB e maior população tendem a divulgar mais informações do que municípios que possuem menor PIB e população menor.

Os resultados dos estudos destacam a relação existente entre indicadores socioeconômicos e nível de transparência dos municípios. Nesse sentido, Bellver e Kaufmann (2005) justificam que uma boa transparência tem relação direta com bons indicadores socioeconômicos e baixa corrupção.

O aspecto principal desta pesquisa é analisar a transparência fiscal eletrônica dos municípios do Paraná e relacionar com indicadores socioeconômicos dos mesmos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com a contextualização apresentada, a pesquisa baseia-se no seguinte questionamento: **Qual a relação entre indicadores socioeconômicos e o nível de transparência fiscal dos municípios do Paraná?**



## 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de transparência fiscal eletrônica dos municípios do Estado do Paraná e investigar as possíveis relações com indicadores socioeconômicos selecionados.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Construir um índice de transparência fiscal dos municípios do Estado do Paraná.
- Classificar os municípios do Paraná pelo grau de transparência fiscal.
- Identificar as possíveis relações entre o grau de transparência fiscal eletrônica e indicadores econômicos e sociais selecionados.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O tema transparência pública ganhou evidência nos últimos anos, com isso vários países passaram a investir e aprovar leis relacionadas ao acesso a informação. Segundo Michener (2011) em 1990, apenas um número próximo a uma dezena de países possuía leis relacionadas a isso, já em 2010 foi constatado que esse número passou de 80 países, o que deixa clara a ascensão desse tipo política governamental.

O cenário brasileiro relacionado à transparência na gestão pública começou a mudar após a criação da LRF, nos anos 2000, mas somente teve avanço efetivo após a criação da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

A sociedade cobra dos gestores, pois entende que uma transparência efetiva gera menos corrupção. Nesse sentido, Bellver e Kaufmann (2005) destacam que transparência gera baixa corrupção, gera menos despesas

para o governo e melhora a maneira como os políticos são vistos na sociedade.

Dessa forma, é nítido observar que os gestores sofrem grande pressão para se adaptarem à nova realidade da gestão pública brasileira. É um desafio para alguns municípios essa adaptação, mas é necessário saber quais relações, estudadas aqui em forma de indicadores socioeconômicos, influenciam no processo de divulgação de dados. (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Para Puddehatt (2009) países em que se verificou que existe uma participação mais ativa da sociedade, tanto no desenvolvimento e na implementação de leis de acesso a informação, os governos tendem a ser mais abertos as propostas relacionadas à transparência, o que acaba voltando como um retorno para a própria sociedade.

Estudos comparativos internacionais (PUDDPHATT 2009; OSJI, 2006) sugerem que, em países nos quais se verificou participação mais ativa da sociedade civil na formulação e implementação das leis de acesso, os governos são mais abertos e, com isso, o conjunto da sociedade pode obter mais benefícios da legislação.

É possível que a sociedade possa cobrar do setor público sobre essa demanda, exercendo um controle social sobre a utilização dos recursos públicos, mas isso só possível através da divulgação dos dados contábeis das gestões públicas. Assim se faz necessário a utilização correta das formas de transparência pública na divulgação desses dados.

De forma mais prática essa pesquisa busca demonstrar que os gestores públicos têm a necessidade de cumprirem a legislação vigente, divulgando para a sociedade as informações contábeis da sua gestão através da internet. E mais do que isso, divulgar para a sociedade paranaense como a transparência municipal está sendo tratada nesse estado.

Segundo IBGE (2010) o Paraná possui 312 municípios de pequeno porte 1 e 55 de pequeno porte 2, entretanto aplicando a metodologia de definição de porte da LC nº 131/2009, que não possui diferenciação entre

pequeno porte 1 e 2, o Estado tem 367 municípios de pequeno porte, ou seja 91,97% do total, além de 14 de médio porte, ou 3,50%, e 18 de grande porte, o que representa 4,51%

Ao observar os municípios brasileiros, os números apresentados são próximos, de um total de 5561 municípios, 4074 são considerados de pequeno porte, o que representa 90,57% do total, 299 de médio porte, ou 5,37%, e 225 de grande porte, ou 4,06%. Assim a escolha do Paraná como foco de pesquisa se justifica pela proximidade a realidade brasileira.

Além disso, alguns estudos sobre o nível de transparência foram realizados recentemente, com destaque para Cruz e Santos (2009), Bairral e Silva (2013), Raup (2013) e Jacques, Quintana e Macagnan (2013). Contudo, ao utilizar o Estado do Paraná como base para o estudo constata-se que não existe publicações na área. Portanto, o presente estudo justifica-se pela ausência de trabalhos que mensuram o nível de transparência fiscal eletrônica na gestão pública dos municípios no Estado do Paraná.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TEORIA DA AGÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Teoria da Agência trata de analisar quando os interesses de uma parte (o agente) entram em conflito com outra parte (o principal), e essa relação é conhecida como “relação agente-principal”.

Além de tratar dos interesses das duas partes, a Teoria da Agência também observa os incentivos, a relação de bem estar social, a contratação de funcionários, a assimetria de informação, entre outros fatores, na relação de dois atores que estão em níveis diferentes de hierarquia dentro de uma empresa.

A teoria busca estudar o relacionamento entre o agente e o principal. Como o agente está em contato direto com o trabalho, esse possui um número maior de informações sobre o trabalho que está sendo exercido do que o principal, o que é conhecido como assimetria de informações, além de que o agente possui interesses próprios dentro da empresa em que trabalha e tais interesses podem não condizer com o que o principal espera dele.

Os precursores da Teoria da Agência foram Jensen e Meckling (1976, p. 308), que assim definem a teoria:

Nós definimos um relacionamento de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (o principal) contratam outra pessoa (o agente) para executar algum serviço em favor deles e que envolva delegar ao agente alguma autoridade de tomada de decisão. Se ambas as partes do relacionamento são maximizadores de utilidade existe boa razão para acreditar que o agente não agirá sempre pelos melhores interesses do principal.

Segundo Jensen e Meckling (1976), o agente e o principal são atores racionais que buscaram maximizar a sua utilidade perante a empresa, o principal buscará o maior lucro possível para a empresa.

Em contrapartida, o agente, como gestor público nesse caso, dificilmente irá atender a todas as expectativas do principal. Os autores salientam que pensar que gestores vão tomar decisões sempre em prol do

principal é algo “simplista”, e que, por meio dessa relação, o principal irá buscar agora não mais o lucro máximo, mas sim o maior lucro possível para a empresa.

Outro ponto destacado por Jensen e Meckling (1976) é que fica difícil para o principal conseguir monitorar as ações de um agente, até porque na empresa existem vários agentes, o que torna equivocado pensar que um principal pode monitorar o trabalho de todos os agentes envolvidos na organização.

Assim, para Mitchell (2011), o principal irá criar um sistema de compensação que motive os agentes a trabalharem, de forma que esses fiquem mais próximos de atingir os objetivos determinados pelo principal.

Ao se discutir controle sobre as ações dos agentes, várias técnicas de monitoramento podem ser aplicadas, como auditorias, sistemas de informações integradas, entre outras, tudo isso buscando alinhar as ações dos agentes com os objetivos almejados pelo principal (BABER, 1983).

Para Eisenhardt (1989), uma das formas de diminuição do problema de assimetria de informações e dos problemas de agência, como consequência, é o desenvolvimento de um contrato. Ou seja, um termo em que principal e agente descrevem o que a empresa busca e o que o agente deverá exercer. Nessa linha de pensamento, Nossa, Kassai e Kassai (2000) complementam alegando que tal conexão contratual busca dar ao agente certos poderes de decisão, com o intuito de aumentar o bem estar do principal.

É possível observar que existe um contrato bilateral, em que, de um lado, está o principal, e do outro, o agente. O principal busca a maximização dos lucros da empresa e o agente tem seus próprios interesses; assim, torna-se evidente a diferença dos objetivos, atitudes e metas dos dois atores.

Dentro da administração pública, uma das formas de controle mais tradicionais existentes é o desenvolvimento da burocracia, o ato de burocratizar o serviço público busca esclarecer para o funcionário (agente)

como o trabalho deve ser realizado e eliminar possíveis problemas na relação com o principal, muitos vindo da assimetria de informação (CAMPOS, 1990).

Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que a assimetria de informação é um fenômeno que acontece quando elementos são desconhecidos por ambas as partes (principal e agente), e com isso a informação passa a ficar incompleta.

A informação dentro da empresa é uma ferramenta fundamental para a tomada de decisões. É por meio das informações que a empresa conhece o cenário em que está inserida, conhece seus concorrentes e conhece melhor a si mesma. Assim, torna-se prioridade dentro de uma organização (PINTO JÚNIOR; PIRES, 1999).

Com isso, a transparência alivia as assimetrias de informação entre os eleitores e os políticos eleitos (ALT; LASSEN; SHANNA, 2006). Mas é necessário que a população continue acompanhando a administração pública, essa é a melhor maneira de diminuir a assimetria de informação dentro da gestão pública (MULGAN, 1997).

Porém, ainda é baixa a interação popular em torno da transparência na gestão pública e, nesse sentido, Campos (1990, p.38) afirma que "deriva da falta de organização da sociedade civil combinada à falta de transparência nas organizações burocráticas do governo".

A administração pública brasileira é conhecida pelo excesso de controle por meio do processo burocrático, sendo possível observar claramente como a teoria da agência se faz aplicável no contexto político e dos gestores públicos no Brasil.

Segundo Przeworski (1996, p. 23),

Existem três casos emblemáticos em que nos defrontamos com problemas de agência. O primeiro ocorre no âmbito do sistema político, onde os políticos (agente, neste caso) recebem uma delegação dos cidadãos (titular) para agir em seu nome. O segundo refere-se à relação entre o Estado (titular) e empresários (agente). E o terceiro ocorre no âmbito da Administração Pública, onde o agente representa o empregado contratado pelo governo (titular) para realizar uma tarefa especificada.

Os atores políticos, eleitos pelo povo, são o Principal. Eles devem ser responsáveis pela definição das diretrizes e o alinhamento dos objetivos do país, pela formulação das políticas que vão reger a sociedade, e também pela definição das estratégias que serão tomadas, seja em órgãos federais, estaduais ou municipais (PRZEWORSKI, 1996).

Os demais gestores públicos que possuem vínculo com a União são os agentes da relação, os quais vão realizar tarefas administrativas designadas pelo estado e pelos atores políticos. Esses gestores estão em contato direto com o trabalho e com as informações que a sociedade passa, ou seja, além de possuir grande quantidade de informação, são eles quem realmente exercem o trabalho de gestão pública.

Para Viana (2010), o conflito de interesses entre os governantes (agentes) e principal (cidadão) já é amplamente conhecido, muitos agentes são nomeados sem ter a especialização necessária para atender a sociedade, além disso, agem motivados por interesse em benefícios próprios, assim o principal busca que esse agente aja de acordo com o interesse da população e não a ele próprio.

Para diminuir esse tipo de problema relacionado aos gestores públicos se faz necessário que uma boa administração seja efetuada, pois pode contribuir com o setor público de modo a tornar explícito o papel de cada ator, definindo os seus objetivos, responsabilidades, modelos de decisão e rotinas (MATIAS- PEREIRA, 2010).

Fica evidente como a Teoria da Agência encontra espaço para se sobressair dentro desse cenário da administração pública, onde existe assimetria de informações, seja na relação entre sociedade e gestores, ou gestores e políticos, ou até mesmo entre diferentes esferas de poder: federal, estadual e municipal (LASWAD; FISHER; OYELERE, 2001).

Segundo Przeworski (1998), uma das melhores formas de controle na administração pública é uma melhor triagem na contratação dos funcionários públicos, buscando uma seleção mais adequada para cada função. Além disso, o autor sugere que há um maior número de principais e de agentes,

para que seja mais distribuída a informação entre eles, diminuindo a assimetria.

Przeworski (1998) sugere, também, maior responsabilização dos agentes pelos erros, possibilidade de competição entre si e descentralização das atividades, focando-se cada vez mais em unidades locais e mais próximas de onde a sociedade se encontra.

Na administração pública brasileira, tal controle é visto como excesso de burocracia, e muitas vezes não é compreendido pela sociedade como algo necessário, mas sim como mais um problema (CAMPOS, 1990).

## 2.2 ESTRATÉGIA NA GESTÃO PÚBLICA

É importante destacar que o termo “estratégia” atualmente está em evidência, sendo muito usado por pesquisadores, empresários e gestores. Isso porque, com o avanço das técnicas administrativas e com estudos relacionados à sobrevivência das empresas, o termo estratégia acabou sendo cada vez mais fixado no cotidiano da sociedade, sendo muitas vezes usado de forma equivocada.

Ansoff, Declerck e Hayes (1981) mencionam que, na perspectiva da administração estratégica:

[...] o processo racional de planejar é apenas mais um dos componentes de um processo sócio-dinâmico muito mais complexo que gera a mudança estratégica. Na administração estratégica, as abordagens adaptativas e planejadas são combinadas em um processo de aprendizagem planejada. (1981, p. 88)

Para Hax e Majluf (1996, p. 2),

[...] estratégia pode ser vista como um conceito multidisciplinar que abraça todas as atividades críticas de uma empresa. Provedor com isto, um senso de unidade, direção e propósito, bem como atua como elemento facilitador das mudanças necessárias provocadas pelo meio ambiente externo.

Assim, estratégia exige um compromisso com o fazer, ou seja, com a execução. Os operadores da gestão decidem, tomam decisões



cotidianamente, exigindo um fazer estratégico para atingir os objetivos de gestão propostos. Porém, não existe um conceito universal para o termo, em virtude de que existem várias formas de se planejar e executar estratégia, desde formas simplórias até planejamentos extremamente complexos.

Sobre isso, Mintzberg e Quinn destacam:

O que é estratégia? Não existe uma única definição universalmente aceita. Alguns autores e gerentes usam o termo de maneira diferente; por exemplo, alguns incluem metas e objetivos como parte da estratégia, enquanto outros fazem uma firme distinção entre eles. (2001, p. 19)

Para Bowman, Singh e Thomas (2002), o conceito de estratégia se desenvolveu a partir da forma desequilibrada que oferta e demanda de recursos na época das grandes guerras mundiais, pois com isso houve um crescimento nas pesquisas na área de estratégia.

Todavia, provavelmente o primeiro autor a defender a criação de um plano estratégico tenha sido Chandler (1962), para quem “Estratégia pode ser definida como a fixação de metas e objetivos básicos de longo prazo de uma organização e a adoção de cursos de ação, em conjunto com a alocação de recursos, requeridos para atingir essas metas.” (p.13)

A estratégia ganhou grande destaque, no entanto, após a pesquisa de Porter (1986), estudo que foi realizado no setor industrial americano, em que o autor desenvolveu a ideia de vantagem competitiva e planejamento estratégico, destacando também que as empresas precisam saber se posicionar corretamente no mercado, pois existem barreiras e sempre vai haver a entrada de novos competidores.

De modo mais específico e analisando a estratégia dentro do setor público, Pfeiffer (2000) salienta:

Para que o Planejamento Estratégico possa ser aplicado no setor público com tanto êxito como em empresas privadas, deve haver algumas condições prévias favoráveis: além da óbvia condição da vontade política para iniciar um processo de transformação nas organizações, é importante que o processo disponha de uma liderança competente, de preferência composta por representantes de organizações públicas e privadas. Também são necessários recursos mínimos, sensibilidade social e um forte sentido comum. (2000, p.10)

Pode-se observar, então, que a aplicação de um planejamento estratégico dentro de uma organização pública pode ter até mais dificuldades do que a aplicação dentro de uma empresa do setor privado.

O planejamento estratégico requer também participação e integração de todos e no setor público, mais do que no privado, é importante destacar a participação de toda a equipe administrativa, além da participação efetiva da população, seja no sentido de cobrança ou como auxílio na definição das diretrizes do planejamento estratégico.

Ainda segundo Pfeiffer (2000), o planejamento estratégico dentro de um órgão público pode diminuir as disputas políticas que ocorrem pelo poder. O autor destaca:

A intenção é minimizar os efeitos negativos que as disputas políticas podem provocar. Para isso, é necessário mostrar que, geralmente, as questões a serem resolvidas não têm uma solução partidária, mas uma solução para a comunidade. Também é importante reconhecer que o apoio de um Plano Estratégico tende a ser mais amplo, quanto menos ele estiver identificado com um grupo ou partido político. (2000, p.15).

## 2.3 TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Para Mueller (1989) o autor define a Teoria da Escolha Pública como:

“O estudo econômico da decisão fora da lógica do mercado, ou simplesmente a aplicação da economia à ciência política. A questão da escolha pública é a mesma que a da ciência política: a teoria do Estado, votando regras, o comportamento dos eleitores, partidos políticos, a burocracia, e assim por diante.” (1989, p.1)

Oriunda da microeconomia, a Teoria da Escolha Pública tem como ideia explicar que o homem tende a ser sempre racional, e mais do que isso, é egoísta, pois busca sempre atender aos seus próprios interesses, atingindo, assim, maiores vantagens individuais. (PEREIRA; CORDEIRO, 2012).

Para Buchanan (1975) “O homem olha antes para ele mesmo do que para os outros.” (p.93)

Ainda segundo Buchanan (1975) na Teoria da Escolha Pública, a essência da democracia está no individualismo, o que justificaria conceber o mercado na vida democrática. Nesse mesmo sentido Hobbes (2003) destaca que homem age em prol dos seus interesses próprios, e isso pode ser visto também dentro da política.

Entretanto esse tipo de pensamento gera contradições, Tullock, Seldon, Brady (2002) criticam o termo “escolha pública”, acreditando que o termo não condiz com a realidade do sistema econômico e político, ou seja, as instituições públicas não se preocupam com quem deveria ser o foco efetivo da tomada de decisões, que são os indivíduos e as famílias.

Outro ponto de destaque da teoria é que ela recebe influência da Teoria Contratual e, com isso, vem a criação de ferramentas que buscam reduzir o atrito entre agente e o principal, e como consequência maximizar a atuação do agente em favorecimento do principal. (SANTOS; CARDOSO, 2001).

E o foco de ganho não é somente financeiro; sobre isso, Alt, Lassen e Shanna (2006) destacam que, durante um processo político, os agentes não estão preocupados somente com o lucro pessoal, mas também com uma possível reeleição, assim é possível que algumas necessidades da população sejam atendidas somente com o intuito de se agregar votos.

Mas existe diferenças entre o indivíduo no âmbito público e no privado. Samuelson e Nordhaus (1993) destacam que, na gestão pública, os políticos estão preocupados em primeiro lugar em ganhar as eleições, enquanto no ambiente privado a maior preocupação dos gestores é o lucro para a empresa.

Sobre isso, Silveira (1996) crítica a Teoria da Escolha Pública, questionando se o comportamento individual no âmbito público é o mesmo do privado, ou seja, se no âmbito público o indivíduo também teria a maximização do auto-interesse.

Para Buchanan e Tullock (1962):

As análises não dependem de lógica elementar para validar qualquer motivação estritamente hedonista ou de auto-interesse dos indivíduos no seu comportamento social envolvendo processos de escolha. O indivíduo representado neste modelo pode ser egoísta ou altruísta, ou qualquer combinação dos dois. Nossa teoria é “econômica” enquanto supõe que os indivíduos são separados e distintos, como tal, podem ter diferentes objetivos e propósitos para os resultados de uma ação coletiva. Em outros termos, assumimos que os interesses dos homens diferem por outros motivos que não os da ignorância. (1962, p.3)

Ainda segundo Tullock, Seldon e Brady (2002), isso acontece porque a decisão é tomada por representantes políticos das pessoas e não por elas mesmas. Ou seja, o resultado pode vir a ser diferente daquele que é esperado pela sociedade.

Schumpeter (1984) destaca que democracia é institucional com intuito de se alcançar decisões políticas em prol do bem comum, através da sociedade, decidindo as questões políticas através da eleição de indivíduos que devem se reunir e atender, de fato, as demandas do povo, pois foram eleitos para isso.

Para Preworsky (1996), dentro da teoria os eleitores são considerados racionais, mas tendem a não demonstrar interesse pelas políticas públicas e, com isso, como o mercado tem acesso a informações baratas e pode tomar decisões que mais lhe convém, o desinteresse da população é algo considerado grave e ações devem estimular uma maior participação popular.

Sobre isso, Schumpeter (1984) salienta que o cidadão comum no âmbito da política tende a ser infantil e primitivo; com isso, o indivíduo perde o senso de realidade e dos problemas da sociedade à medida que esses se distanciam da região onde vive, e como consequência “tenderá a ceder a preconceitos e impulsos extra racionais ou irracionais” (p. 327).

Porém, como a sociedade acaba financiando o setor público, pode se considerar que ela é a maior usuária das informações que os gestores públicos repassam, assim, esses têm a obrigação de repassar as informações sobre os gastos públicos, além de uma visão clara dos programas do governo. (PÉREZ; HERNÁNDEZ; BOLÍVAR, 2005).

Entretanto, Zimmerman (1977) destaca que a sociedade considera que existe um curso de monitoramento muito alto para se observar os gestores e, além disso, o retorno dessa atividade é lento, o que fica ainda pior quando existe diversidade de opiniões entre os eleitores, o que sempre tende a ocorrer numa eleição. Com isso, existem poucos incentivos para se monitorar os gestores, e a demanda por informações pela sociedade como consequência também passa a ser pequena.

Assim, não cabe somente ao cidadão controlar a administração pública, outra forma de controle que pode ser utilizada seria os próprios gestores públicos fiscalizarem uns aos outros, e aqui entram em atuação as agências reguladoras e fiscalizadores do serviço público MULGAN (1997).

Já no âmbito brasileiro Araújo (2003) que o Estado tem sido utilizado como uma ferramenta de abuso de poder pela minoria com maior poder aquisitivo, em detrimento da grande maioria desfavorecida, o que teve como consequência criação de políticas de distribuição de renda.

Uma das formas de se diminuir os problemas apresentados na gestão pública é a implementação de reformas administrativas que busquem o aperfeiçoamento do serviço público, com intuito de deixá-lo mais eficiente, eficaz e efetivo; além disso, é necessário o desenvolvimento de um sistema de informação que busque auxiliar na tomada de decisões e na transparência dos atos públicos. (GRATERON, 1999).

Uma das soluções apresentadas pelo governo brasileiro foi o desenvolvimento da LRF nº 101 de 2000. A esse respeito, Söthe (2009) destaca que a criação da lei melhorou a busca da gestão pública por resultados mais efetivos para a população, tornando a gestão fiscal mais responsável e transparente para a sociedade.

Em face disso, fica evidente que a Teoria da Escolha Pública encontra espaço dentro da Teoria da Agência, pois consegue aprofundar a explicação da relação entre agente e principal, e mais do que isso, encontra espaço para explicar a relação entre agente e principal dentro do serviço público, pois a assimetria de informações é maior e os interesses políticos dos agentes

públicos tendem a entrar em conflito com os interesses da população, e uma das formas de diminuir isso é a aplicação mais efetiva de formas de transparência no setor público.

## 2.4 NOVA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL ATUAL

A New Public Management (NPM) ou Nova Gestão Pública (NGP) surge no fim dos anos 70 e começo dos anos 80, configurando uma nova forma de administração após a crise do petróleo em 1979, que veio a forçar as grandes potências, como Estados Unidos e Inglaterra, a buscarem uma nova forma de controlar os gastos e o orçamento público. Isso foi necessário para evitar que a economia desses países entrasse em colapso após a crise.

No caso inglês, o relatório da Comissão Fulton, que funcionou de 1966 a 1968, já enumerava alguns dos problemas existentes no modelo burocratizado do Whitehall. No diagnóstico apresentado, eram destacadas a falta de preparação gerencial do civil service britânico, a excessiva hierarquização e a falta de contato entre os burocratas e a comunidade que eles serviam (DREWRY; BUTCHER, 1991, p.51-54). Sobretudo os dois primeiros pontos influenciaram a reforma implementada posteriormente por Thatcher.

A burocracia tradicional (Whitehall, para os ingleses) é definida como uma organização com estrutura rígida e centralizada, voltada ao cumprimento dos regulamentos e procedimentos administrativos, em que o desempenho é avaliado apenas com referência à observância das normas legais e éticas. Contra essa visão de administração pública, o governo Thatcher propunha redução dos gastos e do setor público (ABRUCIO, 1999).

Segundo Bresser Pereira (1998), é consenso na literatura que a Nova Gestão Pública, ou Reforma Gerencial do Estado, foi pioneira na Grã-Bretanha, ou Reino Unido (região composta pela Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte), na Nova Zelândia, na Austrália e nos Estados Unidos.

A experiência mais bem sucedida foi a da Grã-Bretanha, pela então primeira ministra Margareth Thatcher, conhecida como a “dama de ferro”, tendo governado de 1979 a 1990. Com a chegada de Thatcher ao poder houve não apenas uma redução dos gastos, mas também do tamanho do setor público. Neste cenário, o primeiro passo foi em prol da implantação da Iniciativa do Gerenciamento Financeiro (IGF), que introduziu sistemas informatizados de controle gerencial nos diversos setores da Administração Pública, a partir de 1982. (OSBORNE; GAEBLER, 1995).

Foram desenvolvidos e implantados, em três anos, em todos os ministérios governamentais, “sistemas de informações computadorizados, baseados num desenvolvimento interno da informação, de baixo para cima.” (JENKINS, 1998, p. 204).

Vários governos buscaram na NPM uma forma de modernizar o setor público, através da reengenharia, da eficiência e da diminuição da parte burocrática, com isso a NPM pode ser uma boa ferramenta de análise da gestão pública em todo o mundo (HOPE, 2001).

Outra iniciativa foi a de estudar a eficiência dos gastos públicos por meio da submissão de avaliações de atividades do serviço público, submetidas a escrutínios, ou seja, levantamentos realizados por meio de perguntas do tipo: quanto custa a atividade? Qual sua utilidade? Quais os resultados alcançados? Esses escrutínios passaram a ser realizados pela Unidade de Eficiência (Efficiency Unit), especialmente criada para tais objetivos (BRESSER-PEREIRA, 1998; JENKINS, 1998).

Vale destacar que os valores gerenciais seriam aqueles advindos do setor empresarial e que, ao migrarem para o setor público, permitiriam a formação de gerentes públicos, identificados com a primazia do cliente e do mercado, com a diversidade e a flexibilidade, com as habilidades multidimensionais dos profissionais, com a delegação em lugar do controle, com a ênfase nos resultados e na educação cada vez do treinamento e com estruturas organizacionais enxutas e ágeis (OSBORNE; GAEBLER, 1995).

Para Yamamoto (1999), algo comum entre aqueles que defendem a aplicação da NPM no setor público é enxergar as práticas administrativas aplicadas no setor privado como superiores. Ele acrescenta que, dentro da aplicação da NPM, o grande foco de mudanças é na aplicação de uma gestão mais efetiva por resultados.

As ações iniciais da NPM que podem ser destacadas foram as privatizações, a ênfase no mercado, o controle maior da administração financeira para redução de gastos e custos, e maiores instrumentos de gestão do setor privado.

Para Di Giacomo (2005), a NPM tem como característica principal a administração com foco na eficácia, voltada sempre à parte pública do estado. Busca aprimorar os processos de planejar, organizar, liderar, controlar e coordenar. Como Hood (1991) já havia destacado, a forma de utilização dessa nova gestão é a descentralização, em que se delega autoridade para outros, e com um controle mais intenso sobre o desempenho.

Nesse sentido, em um contexto mais atual, Amorim (2008, p.94) destaca:

Considerando que o clamor público existente no País atualmente apresenta forte tendência à redução da tolerância e da condescendência com atitudes clientelísticas como o nepotismo e o empreguismo, entendemos ser esse o momento ideal para que, com base nos princípios republicanos da igualdade, da moralidade e da supremacia do interesse público, seja dado mais um passo na direção da profissionalização das funções públicas, estabelecendo-se restrições à conduta dos agentes políticos e administradores públicos acostumados ao uso dos cargos em comissão como estratégia para manter e atualizar práticas clientelísticas, como o empreguismo e o nepotismo, ou delas se valerem para auferirem enriquecimento ilícito.

Segundo Clarke e Newman (1997), a nova gestão pública apresenta uma tipologia de Estado que se opõe ao chamado Estado de Bem-Estar Social. Como exemplo, há o modelo britânico, cuja tipologia estava fundamentada em três arranjos básicos:



- Político-econômico: faz referência ao compromisso entre o Estado e o capitalismo no sentido da convivência entre o livre mercado e a provisão estatal dos direitos à cidadania.
- Social: diz respeito à garantia da satisfação das necessidades da sociedade britânica.
- Organizacional: faz referência à construção de formas de coordenação baseadas na Administração Burocrática e no profissionalismo.

A partir da crítica às incapacidades desse Estado de Bem-estar Social em atender às crescentes demandas sociais surge o Estado Gerencial. Como mostra Paula (2007), o tipo de Estado organizado burocraticamente predominantemente centralizador, hierárquico, seguidor de regras impessoais, lento no processo decisório e adepto da divisão entre quem pensa e executa o trabalho, cede lugar, na versão gerencial, a um formato organizacional enxuto, descentralizado, estruturado em redes e intensivo no uso da tecnologia informacional.

Assim, é propagada a implantação de programas, como Reengenharia, Qualidade Total, terceirização; a diminuição de níveis hierárquicos nas estruturas formais; dentre outras ferramentas de gestão no serviço público.

As orientações gerais passaram a ser dirigidas em busca de maior autonomia e flexibilidade na Administração Pública em sua totalidade, bem como de seu corpo gerencial.

No Brasil, até 1985, o Estado era o ator principal que bancava parte do desenvolvimento econômico, e passou então a dar sinais de incapacidade financeira para continuar mantendo esse papel. Tal crise atingiu o seu ápice ao final dos anos 1980, tomando proporções incontroláveis, por meio de um processo hiper-inflacionário, em janeiro de 1990.

Segundo Junquilha (2010, p. 140):

No ponto de vista da reforma gerencial o papel do Estado contrapondo-se ao modelo do Estado Social Burocrático, seria o do Estado Social Liberal, ou seja, um Estado protetor dos direitos sociais, promotor e não agente econômico do desenvolvimento, capaz de realizar serviços sociais por meio de estruturas organizacionais flexíveis públicas, porém não estatais.

Vale destacar que os valores gerenciais seriam aqueles advindos do setor empresarial e que, ao migrarem para o setor público, permitiriam a formação de gerentes públicos, identificados com a primazia do cliente e do mercado, com a diversidade e a flexibilidade, com as habilidades multidimensionais dos profissionais, com a delegação em lugar do controle, com a ênfase nos resultados e na educação cada vez do treinamento e com estruturas organizacionais enxutas e ágeis (OSBORNE; GAEBLER, 1995).

Para Dbehn (1998), no paradigma tradicional da administração pública, a resposta a essa questão é linear. Tanto as autoridades eleitas quanto o eleitorado têm responsabilidade. As autoridades eleitas devem controlar a implementação da política pelas agências públicas.

Quem deve controlar as autoridades para evitar a corrupção é a sociedade, e reitera Costin (1999) que o combate à corrupção é algo que não é simples, existe uma crença que a melhor maneira de acabar com a corrupção é a burocratização do sistema, através de mais normas e controles, mas isso nem sempre se mostra eficiente, por meio dessa forma o controle social deve ser incentivado por um Estado Democrático de Direito.

Para Ricci (2009), o conceito de controle social surgiu legalmente no Brasil na Constituição Federal de 1988; com isso, buscava-se incentivar a participação popular na definição e controle da gestão pública. Alguns artigos da Constituição possuem elementos do controle social. Já o controle social pressupõe acompanhamento da sociedade civil instituída, tal como conselhos de políticas públicas, fóruns, observatórios etc. às ações do poder público.

Ainda segundo Ricci (2009, p.1),

O primeiro artigo, em seu parágrafo único, afirma-se que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Já se anuncia uma novidade política, que indica que o representado pode exercer seu poder diretamente, até mesmo ao lado do governante.

Uma das formas de controle social que é facilmente observada no cenário brasileiro atual é o surgimento e o desenvolvimento dos portais da transparência. Segundo Jacques, Quintana e Macagnan (2013, p.4):

Esses sistemas, ao mesmo tempo em que facilitam a interação entre o governo e a sociedade, podem contribuir para a promoção da democratização, permitindo maior transparência administrativa e a accountability dos governos.

Sobre isso, Vale (2001) destaca que o controle social e a transparência na gestão pública têm uma relação muito próxima; o autor destaca que não é possível analisar a atuação do estado sem saber o que é pedido pela sociedade. É necessário saber, então, o que foi pedido e como foi pedido. Ou seja, a obrigação não é somente do governo, é necessário que a sociedade exerça seus direitos de forma clara, trabalhando em conjunto com os governantes.

## 2.5 ACCOUNTABILITY

Segundo Campos (1990), a prática da *accountability* tem a ver com a proteção do cidadão em relação às más condutas burocráticas, por meio da efetivação de estruturas que permitam ao cidadão exercer o controle dessas condutas de fora para dentro, em uma sociedade democrática.

A origem da *accountability* vem do setor privado, entretanto, por se tratar de um tema relacionado à transparência das práticas administrativas, o estudo ganha força no setor de contabilidade pública, atendendo as demandas populacionais. (SILVA; FEIJÓ, 2009).

Para Schedler (1999), *Accountability* tem como foco de estudo um conceito busca atender três formas de prevenir e corrigir os abusos de poder, ou seja: subordinação à possibilidade de sanções, obrigação de se explicar e obrigação de se abrir ao público.

Outro benefício da aplicação de uma política com mais *accountability* no setor público é a definição e a explicação do papel de cada ator, definindo

seus objetivos, responsabilidades, modelos de decisão e rotinas (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Sendo assim, a *accountability*, ou responsabilização, envolve a prestação de contas à sociedade das ações de todo o conjunto da Administração Pública. Castor (2000) utiliza o termo “imputabilidade” para descrever essa responsabilização dos agentes do estado: “obrigação dos agentes do Estado em responder por suas decisões, ações e omissões, o que já é universalmente consagrado como norma nas sociedades mais desenvolvidas.” (CASTOR, 2000, p. 169)

De acordo com Lopes e Freire (2010), a teoria da agência encontra espaço dentro da *accountability*, onde a população é o principal e deve exigir contas do seu agente, aqui representado pelos governos. A sociedade, atualmente, é mais consciente da necessidade de clareza na divulgação de dados e informações do governo para a população; consequentemente, clama por um sistema de transparência efetivo e de qualidade, para que os governos não distorçam seus dados e para que a sociedade civil possa correr atrás de seus direitos.

No Brasil, muitos movimentos surgem na busca do combate à corrupção e a má qualidade de governos, ou seja, a população está cada vez mais consciente da importância de correr atrás dos seus direitos, e não deixar os governantes administrarem o estado de qualquer maneira. (CRUZ, 2010)

Para Nazário Silva e Rover (2012), um dos grandes avanços na área foi a criação do Portal da Transparência, no qual são disponibilizadas informações sobre os gastos do Governo e os cidadãos poderão acompanhar e fiscalizar a correta e regular aplicação dos recursos públicos.

Além disso, o portal disponibiliza acesso para a divulgação de material na área de convênio, gastos com funcionários, licitações, legislação, convênios e planejamento e orçamento do Estado. (NAZÁRIO SILVA; ROVER 2012).

Nesse sentido, Angélico e Michener (2012, p.1) destacam:

O país foi um dos primeiros a divulgar seus gastos de maneira permanente e sem custos de acesso - isso se dá desde 2004 pela internet, por meio do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União. A Lei Complementar 131, de 2009, inseriu essa obrigação na Lei de Responsabilidade Fiscal e ampliou o escopo para atingir Estados e municípios.

Outro ponto que os autores evidenciam (2012, p.1):

O Brasil também foi um dos pioneiros em práticas de orçamento participativo, com a experiência de Porto Alegre nos anos 1990. Ambas as iniciativas ainda têm sérios problemas de implementação e frequentemente entregam menos do que prometem; mas, para os olhos do mundo, essas políticas são e continuarão sendo exemplos inovadores do comprometimento brasileiro com transparência e governo aberto. O país elevou ainda mais as expectativas do mundo ao sancionar a Lei de Acesso à Informação e criar a Comissão da Verdade. A Lei de Acesso à Informação regulamenta um direito constitucional, inserido nos artigos 5º e 37 da Constituição de 1988. E a Comissão da Verdade finalmente estabelece o direito à verdade, depois de anos de angústias e justificativas infundadas a respeito de fatos ocorridos em épocas de violência institucional.

Ainda sobre transparência, Teixeira (2006, p. 36) salienta:

Transparência é ter condição de acesso a todas as informações sobre como o governo trabalha. A transparência quer dizer que a administração pública funciona de uma maneira aberta, baseada em princípios éticos, e é capaz de ser questionada a qualquer momento, em função da facilidade que têm os cidadãos e outros interessados em acessar as informações.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Título II, Capítulo I, Artigo 5º, inciso XXXIII, todos os cidadãos têm direito ao acesso a informações:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 2008, p. 17)

Mas o acesso à informação não é somente a divulgação de dados para a sociedade. Lopes (2007) destaca que não basta, apenas, divulgar os dados, é necessário também estimular a população a participar com mais efetividade do processo administrativo, fomentando novas políticas, cobrando dos gestores, entre outros.

Para Martins Júnior (2010, p. 23), essa maior participação popular “representa um ritual de passagem de um modelo de administração autoritária e burocrática à administração de serviço e participativa”, ou seja, nessa nova forma de transparência a participação passa a ser fundamental.

Segundo Castro (2010):

A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo. (2010, p. 22)

Portanto, se os órgãos públicos fossem de fato transparentes, além da população ter conhecimento de onde está sendo gasto o dinheiro público, provavelmente o trabalho dos gestores públicos seria facilitado, pois os mesmos teriam um conhecimento maior sobre os gastos da máquina pública e, como consequência, poderiam planejar e realizar melhor o que foi planejado no orçamento.

Stiglitz (1999) destaca que, a partir do momento que o cidadão pagou, de fato, pela coleta de determinada informação, essa informação tem de ser tratada como um ativo público e não mais somente como um dado, e passa a ter a necessidade de ser divulgada. O autor destaca que o maior acesso à informação por parte da população aumenta a credibilidade do processo democrático, sendo que os participantes têm mais informações para tomar uma decisão; em contrapartida, o sigilo de dados pode ser um inibidor nesse processo.

Ainda sobre o princípio da publicidade na gestão pública, Freire destaca:

[...] o princípio da publicidade exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração de forma a dar transparências a estes atos, ressalvadas as hipóteses nas quais a lei admite o sigilo. (FREIRE, 2007, p. 23)

Whener e Renzio (2013) destacam que, se uma decisão política for tomada por uma maior transparência, a pressão popular tende a ser maior e,

consequentemente, vai influenciar no processo para que seja maior a divulgação de informação.

Estado e sociedade têm de se juntar na busca de esforços para efetivar a transparência, buscando entender os problemas e achando soluções em conjunto, e não como órgãos separados. Afinal, ambos fazem parte de um conjunto bem maior, e somente unindo esforços é que a sociedade conseguirá atingir o estado de transparência efetiva (HEALD, 2006).

Deste modo, as ações, o planejamento e as decisões que o estado tomar podem ser modificados ao longo do tempo, o que é possível por meio da influência e da força que a sociedade pode vir a exercer para garantir seus direitos. Fica nítido aqui um maior controle social (HEALD, 2003).

Segundo Heald (2003), para haver transparência efetiva é necessário que os receptores da informação, neste caso a sociedade, sejam capazes de processar a informação, compreendê-la e utilizá-la. Quando a informação é simplesmente passada, mas não é compreendida, trata-se simplesmente de um ato de publicidade, ou seja, o órgão público teve a intenção de ser transparente, mas não atingiu esse objetivo. Outro fator que pode vir a facilitar o acesso à informação e até mesmo à diminuição de custos é a evolução das tecnologias.

Com o avanço tecnológico, novas ferramentas foram surgindo e a internet é o exemplo mais claro disso: além de aumentar significativamente o alcance da transmissão da informação, ainda ajuda o receptor a entender com mais clareza o que está sendo passado a ele. (LOPES; FREIRE, 2010).

Sobre o avanço tecnológico, Pinho (2008) destaca que, com o acesso ampliado à população, a participação popular passa a ser mais efetiva e, além disso, o estado pode ir além e não somente divulgar as informações, mas também estimular o acesso para a sociedade.

Com o avanço da LRF e a obrigatoriedade que os órgãos públicos têm de disponibilizar tudo em tempo real, através da internet, o acesso a

informações que antes podiam ser confidenciais, agora passa a ser acessível a toda a sociedade.

## 2.6 REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA

O primeiro estudo relacionado à transparência fiscal eletrônica no Brasil é recente. Santana Junior (2008) foi o pioneiro em pesquisas na área e os demais estudos começam a ganhar força após a implementação da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011.

O estudo de Santana Junior (2008) buscou identificar o nível de transparência fiscal eletrônica em sites dos Poderes/Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil, e relacionar esse índice com indicadores socioeconômicos. O autor observou 207 sites do setor público relacionados aos 135 Poderes/Órgãos pesquisados.

Como resultado, Santana Junior (2008) identificou que existe baixa transparência dos órgãos públicos; o autor ainda destaca negativamente as Assembleias Legislativas e os Ministérios Públicos estaduais.

Já o trabalho de Cruz et al. (2009) buscou verificar o nível de transparência fiscal eletrônica nos sites dos municípios com mais de 100 mil habitantes do estado do Rio de Janeiro; além disso, procurou analisar quais fatores socioeconômicos podem influenciar no processo de transparência fiscal eletrônica. O resultado do estudo é que os municípios apresentam baixo nível de transparência fiscal eletrônica, e outro ponto de destaque é que a relação entre PIB *per capita* e o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica é significativa.

Outro estudo relevante é o de Paiva e Zuccolotto (2012), que buscaram identificar quais fatores influenciam o nível de transparência eletrônica dos municípios brasileiros. Como resultado, salientam alguns aspectos importantes, tais como municípios com maiores investimentos em saúde e educação tendem a ser mais transparentes. Assim como Cruz et al. (2009) destacaram, Paiva e Zuccolotto (2012) salientam que municípios com



maior arrecadação tendem a divulgar mais dados à população; além disso, a principal afirmação da pesquisa é que municípios com melhores indicadores socioeconômicos tendem a ser mais transparentes.

Para mostrar força no cenário desse tipo de pesquisa, após o trabalho de Paiva e Zuccolotto (2012) outro que merece destaque é o de Paiva e Gomes (2012). Os autores Paiva e Gomes (2012) buscaram estudar se houve elevação no nível de transparência fiscal da gestão pública municipal após a implementação da LRF, e o resultado foi próximo aos outros estudos já apresentados aqui, municípios ainda apresentam baixo nível de transparência mesmo após a implementação da LRF nos anos 2000.

Seguindo a mesma linha de pesquisa Jacques, Quintana e Macagnan (2013) verificaram o nível de transparência de informações sobre as prefeituras dos municípios com mais de 100 mil habitantes do estado do Rio Grande do Sul, analisando também fatores que podem influenciar nesse índice de transparência. Como resultado, os autores destacam que o tamanho da população, o PIB e a receita arrecadada são variáveis que influenciam no índice de transparência municipal.

Outro estudo que merece destaque é o de Bairral e Silva (2013), em que os autores analisaram o nível de transparência pública federal nos relatórios de gestão dos incentivos associados. Mas o resultado é próximo dos outros estudos já demonstrados, os autores destacam que é baixo o nível de transparência pública e que existe uma deficiência grande nessa área. Outro ponto de destaque do trabalho é que é baixa também a aderência à evidenciação voluntária.

Os estudos podem ser resumidos em forma de quadro, como apresentado a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1 –Comparativo entre os estudos recentes na sobre o tema estudado

Autor/Ano	Objetivo	Resultado
Santana Junior (2008)	Identificar o nível de transparência fiscal eletrônica em sites dos Poderes/Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil.	Existe baixa transparência dos órgãos públicos, o autor ainda destaca negativamente as Assembleias Legislativas e os Ministérios Públicos estaduais.
Cruz et. al. (2009)	Verificar o nível de transparência fiscal eletrônica nos sites dos municípios com mais de cem mil habitantes do estado do Rio de Janeiro.	Os municípios apresentam baixo nível de transparência fiscal eletrônica; relação entre PIB <i>per capita</i> e o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica é significativa.
Paiva e Zuccolotto (2012)	Identificar quais os fatores que influenciam no nível de transparência eletrônica dos municípios brasileiros.	Municípios com maiores investimentos em saúde, educação, maior arrecadação e com melhores indicadores socioeconômicos tendem a ser mais transparentes.
Paiva e Gomes (2012)	Verificar se houve elevação no nível de transparência fiscal da gestão pública municipal após a implementação da LRF.	Municípios ainda apresentam baixo nível de transparência mesmo após a implementação da LRF nos anos 2000.
Jacques, Quintana e Macagnan (2013)	Buscaram verificar o nível de transparência de informações sobre as prefeituras dos municípios com mais de cem mil habitantes do estado do Rio Grande do Sul.	O tamanho da população, O PIB e a receita arrecadada são variáveis que influenciam no índice de transparência municipal.
Bairral e Silva (2013)	Analisar o nível de transparência pública federal nos relatórios de gestão os incentivos associados.	É baixo o nível de transparência pública, existe uma deficiência grande nessa área, outro ponto de destaque do trabalho é que é baixa também a aderência à evidenciação voluntária.

Fonte: O autor (2014)

Ao se observar o Quadro 1, a evolução dos estudos mostra que as pesquisas na área da transparência pública no Brasil ganham força após a implementação da da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011,

o desenvolvimento dessas leis mostra a evolução da preocupação com a transparência pública, e a literatura segue o mesmo caminho.

Analisando esses estudos, é possível observar que ainda é baixo o nível de transparência fiscal nos municípios do Brasil, entretanto, comparando os dados dos estudos anteriores ao longo dos anos, e até o estudo apresentado aqui é nítida a evolução da preocupação com a transparência na sociedade brasileira.

Outro ponto apontado nos estudos anteriores é a relação positiva entre alguns indicadores socioeconômicos e o índice de transparência fiscal. Assim como foi apontado pelos outros autores, nesse presente estudos a relação positiva entre indicadores e transparência foi significativa, o que fortalece o argumento de que existe tal relação.

Apesar dos estudos demonstrarem que existe uma relação positiva entre indicadores e transparência, é necessário destacar que vários outros fatores externos podem influenciar no processo de se aumentar a transparência pública.

Também vale ressaltar que não existe um estudo desse tipo com foco em todos os municípios no estado do Paraná. Assim o foco dessa pesquisa busca apontar um avanço para a literatura e para a sociedade.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Collis e Hussey (2005), este estudo pode ser definido como uma pesquisa analítica ou explanatória, haja vista que o objetivo é entender os fenômenos propostos, relacionando-os e mensurando-os. Assim, o processo da pesquisa é classificado como quantitativo, pois se faz necessária a mensuração dos fenômenos.

A pesquisa pode ser considerada empírica, que para Martins (1994) tem uma abordagem que privilegia um estudo mais prático, com um viés técnico, restaurador e incrementalista, destacando também que há uma preocupação com a relação entre as variáveis propostas.

Quanto à forma do estudo, a pesquisa é considerada descritiva, que para Barros e Lehfeld (2007, p.84) é a pesquisa descritiva que “ procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

Por sua vez, para Gil (2006) esse tipo de pesquisa busca descrever as características de uma população e tenta identificar os fatores que influenciam no fenômeno proposto, que aqui é a divulgação dos dados de forma transparentes pelos municípios do estado do Paraná.

Como o presente estudo tem uma abordagem quantitativa, se faz necessária, como forma de procedimento, a utilização de um método comparativo e estatístico. Para Lakatos e Marconi (2010), a utilização de métodos estatísticos normalmente vem acompanhada de outro para a sua execução; já o método comparativo analisa grupos buscando a comparação entre eles para explicar um determinado fenômeno.

### 3.2 CENSO

O universo da pesquisa abrange todos os municípios paranaenses (399), obrigados, pela Lei Complementar nº 131/2009, a prestarem contas de suas ações via portal eletrônico na rede mundial de computadores.

Segundo o critério de classificação de municípios por porte desenvolvido pelo IBGE (2010), o Paraná possui 312 municípios na categoria Pequeno Porte 1, ou seja, até 20.000 habitantes, 55 entre 20.000 e 50.000 habitantes, ou Pequeno porte 2, 14 com população entre 50.000 até 100.000 habitantes, e 18 de grande porte, com mais de 100.000 habitantes.

A escolha do Estado do Paraná para a pesquisa se dá pelo fato de que o estado possui municípios com características próximas às apresentadas pela realidade brasileira.

Segundo IBGE (2010), o Paraná tem 367 municípios de pequeno porte, ou seja 91,97% do total, além de 14 de médio porte, ou 3,50%, e 18 de grande porte, o que representa 4,51%. Já os números da realidade brasileira mostram que o País possui 90,57% de municípios de pequeno porte, 5,37 de médio porte e 4,06% de grande porte. Essa similaridade nos dados mostra que a realidade paranaense é próxima da brasileira.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

De acordo com Gil (2006, p. 66), “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados.” Nesta investigação, os dados relacionados à transparência municipal foram retirados dos portais da transparência dos municípios estado do Paraná.

Para o armazenamento e tratamento dos dados foi necessário desenvolver um banco de dados com a utilização do Microsoft Excel 2010©. A coleta de dados, o levantamento dos sites, tratamento e análise dos dados, foi realizada no mês de novembro de 2014.

A busca e identificação dos portais da transparência dos municípios foi feita através do site do Google (<http://www.google.com>), cuja pesquisa foi feita com a seguinte expressão padrão “Prefeitura Municipal de [nome do município]”. Cruz (2010) utilizou a mesma expressão para realizar sua pesquisa; além disso, Paiva e Zuccolotto (2009) destacam que essa seria a forma com que um cidadão que não possui conhecimento técnico iria realizar a pesquisa para encontrar o site do seu município.

O modelo de investigação utilizado aqui foi o proposto por Cruz (2010, p.82):

Ao acessar a homepage, o conteúdo era acessado a partir do mapa do site; quando a homepage não continha mapa do site, a busca era feita a partir dos links existentes na página principal; as informações não localizadas eram buscadas por meio do serviço de busca, caso esse fosse disponibilizado no site.

Os sites que estavam fora do ar apresentavam problemas de acesso ou estavam “em construção”, e foram acessados três vezes durante a pesquisa, com objetivo de assegurar que todos os municípios apresentassem portais da transparência no período em que foi realizada a coleta de dados.

### 3.4 O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA (ITFE)

O modelo de avaliação dos portais da transparência dos municípios foi desenvolvido por Santana Junior (2008); entretanto, a pesquisa em que o autor aplicou tal modelo foi feita com objetivo de avaliar os Poderes Executivos, Tribunais de Justiça, Assembleias Legislativas, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas estaduais.

Entretanto, esse modelo foi adaptado por Cruz et. al. (2009) para que fosse aplicado em sua pesquisa. O foco do estudo dos autores eram os maiores municípios do estado do Rio de Janeiro, aplicando às *homepages* dos 23 municípios com população superior a 100.000 habitantes (considerados de grande porte).

Apesar do estudo de Cruz et. al. (2009) ter sido aplicado em municípios considerados de grande porte, o método de pesquisa pode ser aplicado em municípios de qualquer porte, pois não existe uma limitação definida no método quanto ao tamanho do município. Então, apesar de o Paraná possuir apenas 18 cidades consideradas de grande porte, a metodologia aplicada aqui vai contemplar todos os municípios.

Quadro 2 - Modelo de investigação do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) dos municípios do Estado do Paraná

Nº	Questão da investigação	Pontuação
1	O Município está divulgando o Plano Plurianual (PPA) via internet?	1
2	O Município está divulgando a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) via internet?	1
3	O Município está divulgando a Lei Orçamentária Anual (LOA) via internet?	1
4	O Município está divulgando a sua Prestação de Contas via internet?	1
5	O Município está divulgando os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) via internet?	6
6	O Município está divulgando os Relatórios de Gestão Fiscal via internet?	3
7	A divulgação dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica é tempestiva?	6
8	O Município está divulgando a versão simplificada do PPA via internet?	1
9	O Município está divulgando a versão simplificada da LDO via internet?	1
10	O Município está divulgando a versão simplificada da LOA via internet?	1

## Continuação

11	O Município está divulgando a sua Prestação de Contas na versão simplificada via internet?	1
12	O Município está divulgando as versões simplificadas dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária via internet?	6
13	O Município está divulgando as versões simplificadas dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) via internet?	3
14	A versão simplificada dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica apresenta uma preocupação com uma linguagem adequada, que permita uma melhor compreensão por parte do cidadão?	6
15	O Município está divulgando o Parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) referente às prestações de Contas via internet?	3
16	O Município está divulgando via internet o calendário das audiências públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais?	1
17	O Município está divulgando via internet as apresentações das audiências públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais?	3
18	O Município Incentiva a Participação Popular via internet durante o processo de elaboração do PPA, LDO e LOA?	3
19	O site do Município apresenta a ferramenta de “MAPA DO SITE” para facilitar a busca de informações por parte do cidadão?	1
20	O site do Município divulga um e-mail ou formulário de contato institucional?	1
21	O site do Município divulga o e-mail ou formulário de contato com o Prefeito?	1
Total:		51



Segundo Santana Junior (2008, p.74), o modelo desenvolvido busca atender aos seguintes pontos:

Se os instrumentos de transparência fiscal eletrônica estão sendo divulgados nas suas versões técnicas e simplificadas, conforme respectiva responsabilidade do município pela sua elaboração.  
Se são divulgadas as datas (calendário) e as apresentações das audiências públicas quadrimestrais (art.9º da LRF)  
Se existe incentivo à participação popular no processo de elaboração e acompanhamento dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica; e  
Se as versões simplificadas dos instrumentos de transparência apresentam uma preocupação em formular uma linguagem mais voltada para alcançar o cidadão, permitindo melhor sua compreensibilidade dos resultados fiscais alcançados.

Como destacado por Santana Junior (2008), o modelo busca avaliar a preocupação com a linguagem e os instrumentos da informação repassada, por isso o modelo proposto possui três notas para a avaliação do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE).

Assim, as notas são de 1,3 e 6 pontos; as questões que têm um peso 1 buscam avaliar a informação de forma mais básica, ou seja, a mera divulgação dos dados; já as questões com pontuação equivalente a 3 avaliam se existe a divulgação de relatórios básicos de forma clara e se existe incentivo à participação popular no processo de transparência. Já as questões com peso 6 avaliam a divulgação de relatórios complexos com a informação sendo repassada com clareza para a população, e se existe uma divulgação atualizada de tais dados. Dessa forma a pontuação do questionário de 21 questões soma um total de 51 pontos.

Vale destacar que o modelo, além de mensurar a transparência, ainda avalia se os municípios estão incentivando a participação popular no processo de acompanhamento da transparência, isso através de discussões sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O modelo, então, além de avaliar o incentivo à participação popular, busca verificar a existência de dispositivos eletrônicos de comunicação, com

objetivo de permitir uma participação mais efetiva da população, estimulando, dessa maneira, o controle social (SANTANA JUNIOR, 2008).

### 3.5 VARIÁVEIS E HIPÓTESES

O pressuposto inicial dessa pesquisa, de que os municípios com maior população e aqueles que apresentam os indicadores econômicos e sociais com melhores resultados devem demonstrar resultados positivos relacionados à transparência da gestão pública municipal, faz necessário levantar algumas hipóteses.

A escolha das variáveis é algo complexo, não existindo um padrão definido para estudos de quantificação e avaliação da transparência eletrônica municipal. Assim, Bakar e Saleh (2011) identificaram 150 variáveis que foram utilizadas em estudos relacionados à divulgação de informações na gestão pública. A escolha das variáveis e das hipóteses tomou como base o estudo de Cruz *et al.* (2009), realizado no Estado do Rio de Janeiro, e, agora, a escolha dos indicadores teve os mesmos critérios de seleção.

Além do trabalho de Cruz *et al.* (2009), outros estudos empíricos recentes relacionados à avaliação da transparência da gestão pública utilizavam as mesmas variáveis quantitativas aplicadas nesse estudo, deixando claro que essas podem demonstrar o que se pretende observar no presente estudo. (SANTANA JUNIOR, 2008; PAIVA; ZUCCOLOTTO, 2012; PAIVA; GOMES, 2012; DE BAIRRAL; SILVA, 2013; JACQUES; QUINTANA; MACAGNAN, 2013).

As variáveis independentes selecionadas para este estudo são indicadores socioeconômicos, que para Januzzi (2006, p. 15):

[...] é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, qualificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Todas as variáveis possuem natureza quantitativa. As variáveis analisadas no presente estudo são Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), aqui como variável dependente, e as variáveis independentes: taxa de alfabetização, população total, PIB *per capita*, receita arrecadada e índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).

**VD) Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE).** Seguindo o modelo de Cruz *et. al* (2009), será aplicado como variável dependente o ITFE, o *escore* do índice pode variar de 0 a 51 pontos, resultante da aplicação do instrumento da coleta de dados proposto anteriormente, e foi aplicado nos *sítes* dos municípios do estado do Paraná.

**V. 1) Taxa de analfabetismo.** “Percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever.” (DATASUS, 2012). Os dados dessa variável foram retirados do portal DATASUS, com referência ao ano de 2010.

No estudo de Piotrowski e Van Ryzin (2007), os autores apontam que a educação, de maneira geral, é um dos fatores que podem influenciar a transparência na gestão pública, ou seja, quanto menor a taxa de analfabetismo maior será a capacidade de cobrança da população em relação ao governo.

Ainda sobre isso, Siau e Long (2004) destacam que, com base na teoria do Capital Humano, a educação é um dos fatores mais relevantes na relação com a transparência na gestão pública.

Assim, é apresentada a primeira hipótese formulada:

**H1: O ITFE tem relação positiva com a taxa de alfabetização do município.**

**V (.2) População Total.** Resultado da contagem da população realizada pelo IBGE no ano de 2010, as informações relacionadas a essa variável foram coletadas do banco de dados do IPARDES.

Nos estudos de Lock (2003), Santana Júnior (2008) e Cruz et al. (2009), foram constatados que os municípios que possuem as maiores populações tendem a ter uma gestão pública mais transparente.

Posto isso, a segunda hipótese é formulada:

**H2: O ITFE tem relação positiva com o número de habitantes do município.**

### **V (.3) PIB per capita.**

Segundo IBGE (2011, p.113),

Produto interno bruto é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias.

No estudo realizado por Piotrowski e Van Ryzin (2007), os autores constataram que a renda da população está relacionada positivamente com uma maior cobrança por transparência.

No mesmo sentido, Cinca, Tomás e Terragona (2008) destacam que uma maior renda *per capita* está relacionada a um maior compromisso sócio-político; assim, os autores concluem que o nível de acesso tem relação positiva com a renda da população, corroborando com a hipótese levantada aqui de que uma maior renda influencia na transparência.

Assim, de acordo com Akutsu e Pinho (2002) e Santana Júnior (2008), em geral, espera-se que municípios com maior renda *per capita* apresentem maior índice de transparência na gestão pública.

As informações relacionadas a essa variável foram retiradas do banco de dados do IPARDES, com referência ao ano de 2010.

Diante dos estudos apresentados, a terceira hipótese é formulada:

**H3: O ITFE tem relação positiva com o PIB per capita do município.**

#### **V (.4) Receita orçamentária**

A Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 11, classifica a receita orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

CÓDIGO CATEGORIA ECONÔMICA

1 Receitas Correntes

2 Receitas de Capital

Receitas Correntes: são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Receitas de Capital: também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2012, p.02)

As informações relacionadas a essa variável foram coletadas no banco de dados FINBRA da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em referência ao exercício de 2011.

Vale destacar que a receita utilizada nesse estudo é a receita total do município, e não somente a própria; além disso, para se obter uma comparação mais precisa entre os municípios, se fez necessário a utilização da receita *per capita*.

Em seu estudo, Ingram (1984) destaca que a receita própria *per capita* é determinante para um processo de maior transparência fiscal municipal. Para realizar a verificação, o autor utilizou a receita municipal, retirando as transferências intergovernamentais.

Assim como nesse estudo, Pinho (2006) destaca que os municípios com melhores condições econômicas tendem a divulgar dados contábeis de forma mais efetiva. A partir disso, propõe-se a hipótese a seguir:

**H4: O ITFE tem relação positiva com receita orçamentária per capita do município.**

**V (.5) IDH-Municipal.** O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida saudável (IDHM Saúde); de ter acesso a conhecimento (IDHM Educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IDHM Renda) (IPEA, 2013).

Esse índice varia de 0 a 1, e as informações relacionadas a essa variável foram coletadas do banco de dados do IPARDES, em referência ao exercício do ano de 2010, pois esses são os dados mais recentes nesse quesito.

Akutsu e Pinho (2002), Lock (2003) e Pinho (2006) utilizaram essa variável em seus estudos, e obtiveram uma relação positiva dela com uma transparência pública mais efetiva. Então, é possível considerar que, quanto melhor for o IDHM, mais transparente será o município.

Assim, a quinta hipótese é formulada:

**H5: O ITFE tem relação positiva com o IDH do município.**

### 3.6 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi feita a partir do tratamento estatístico dos dados. Inicialmente, os dados passaram por uma análise bivariada, utilizando-se teste não paramétrico de correlação, e os testes aplicados nesse sentido foram o de Spearman e o de Kendall.

Segundo Siegel e Castellan (2006), o teste de Spearman foi um dos primeiros a ser desenvolvidos e é muito conhecido entre os usuários de técnicas quantitativas.

Sobre o teste de Kendall Wright (2013), destaca que esse pode ser usado em grandes amostras, e, além disso, é recomendado para estudos que

possuem muitas notas repetidas e muitas notas com valor zero, assim a aplicação do teste de Kendall se justifica.

Na sequência, foi feita a aplicação de uma técnica de análise multivariada, utilizando-se a regressão múltipla. Segundo Rodrigues e Paulo (2009, p. 3), as técnicas multivariadas “permitem que se explore o desempenho conjunto das variáveis e se determine a influência ou importância de cada uma, estando os demais presentes”.

A regressão múltipla foi feita a partir da técnica *Stepwise*, utilizada para escolha de variáveis. O modelo coloca todas as variáveis em conjunto e vai removendo gradativamente as que são estatisticamente menos relevantes. Essa técnica pressupõe que algumas variáveis não influenciam significativamente para o conjunto (DEMUTH et al., 2008).

Assim, foi possível analisar como as variáveis independentes influenciam na variável dependente, e mais do que isso, analisar qual variável mais influencia no Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE).

## 4 RESULTADOS

Com o objetivo de buscar os fatores que podem determinar a transparência da gestão pública nos municípios do estado do Paraná, verificou-se a relação entre o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) e alguns indicadores socioeconômicos desses municípios. A amostra da pesquisa é composta pelos 399 municípios do estado do Paraná, e para analisar a relação entre as variáveis já apresentadas, foram utilizadas técnicas de diferença de médias, correlação e de regressão linear múltipla, assim como feito nos estudos de Cruz et.al (2009), Cruz (2010), Jorge, Pattaro e Lourenço (2011) e Cruz (2014). As técnicas de aplicação estatística foram desenvolvidas no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 22.0.

### 4.1 ANÁLISE DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

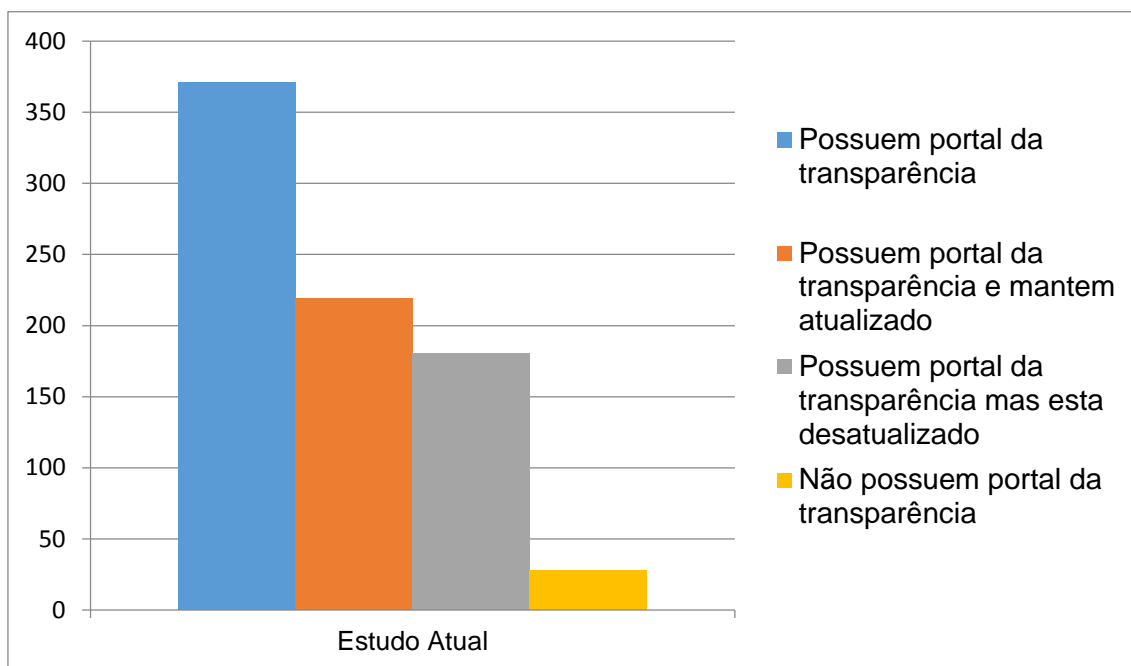
A investigação iniciou buscando-se analisar o ITFE municipal no estado do Paraná, assim foram acessados os sites dos municípios para mensurar tal índice, e com essa pesquisa foi possível demonstrar como é o cenário dos municípios paranaenses nesse quesito.

Como é destacado na LC nº 131/2009, todos os municípios brasileiros têm obrigação de divulgar na internet informações relacionadas ao orçamento e às finanças municipais; com isso, foram analisados os 399 municípios do estado do Paraná, dessa amostragem total, 371 possuem portal da transparência para divulgar os dados, entretanto somente 219 mantém uma atualização constante, ou seja, 152 estão com o site desatualizado.

É importante destacar que 28 não atendem a qualquer requisito do ITFE, não possuindo portal da transparência ou qualquer outra forma de comunicação com a sociedade. Essas informações estão presentes no Gráfico 1.



Gráfico 1 – Portais da transparência no Estado do Paraná



Fonte: O autor (2014)

É possível comparar o estudo realizado com o de Paiva e Zuccolotto (2009), que fizeram a pesquisa antes da criação da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei de Acesso a Informação (LAI). O resultado obtido aponta que, da amostra estudada, 33,9% não possuía qualquer tipo site para divulgação dos dados.

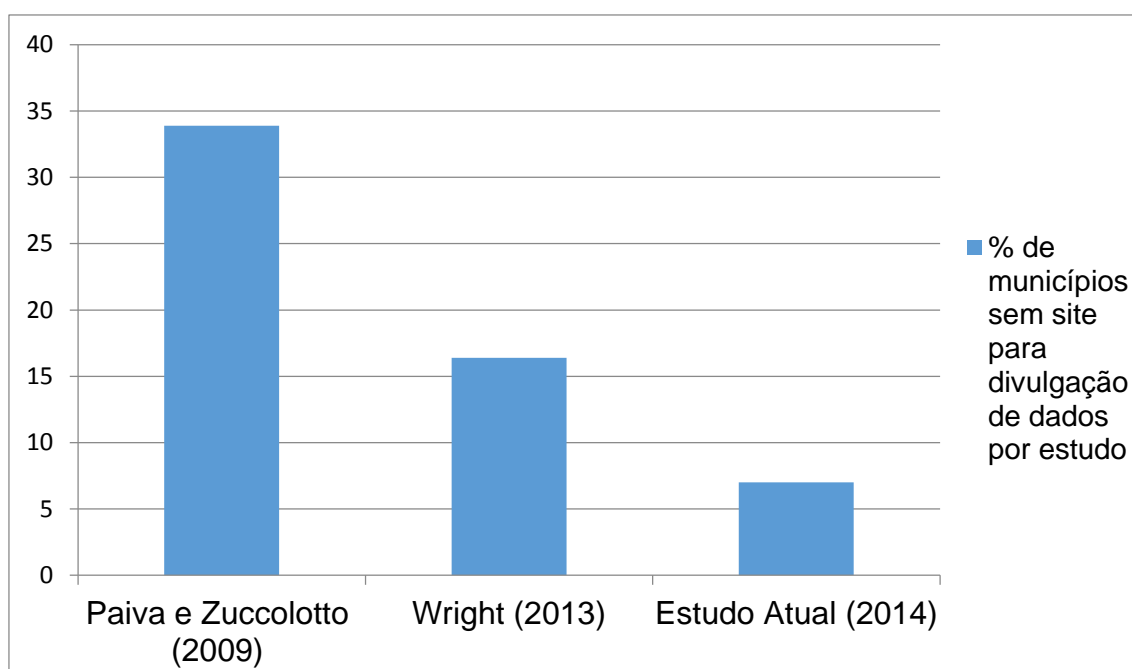
Em estudo mais recente, Wright (2013) também analisa os portais da transparência dos municípios brasileiros e encontra um resultado mais favorável, destacando que, da amostra estudada, 16,4% não possuíam site. É importante ressaltar que este estudo foi desenvolvido após a criação da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei de Acesso a Informação (LAI).

O desenvolvimento dessas leis apresenta um avanço na busca pela transparência efetiva, e isso pode ser visto nos estudos comparados, Vignoli (2002) aponta que o desenvolvimento da LRF no Brasil muda o sentido do que entendemos como transparência, afinal antes os gestores públicos divulgavam os dados com o mínimo de informação necessária, mas após a

criação da LRF, fica claro que existe o desejo de aumentar o rigor sobre os gestores.

Nesse sentido, Piscitelli (2011) salienta que a LRF é uma ferramenta da população poder exercer controle social sobre as contas públicas e sobre os gestores; isso é possível pelas vias da transparência, buscando-se uma sociedade mais participativa e presente nas discussões sobre os planos e definições futuras.

Gráfico 2 – Comparação com outros estudos



Fonte: O autor (2014)

Ao se analisar o Gráfico 2, é possível observar a nítida evolução no sentido de existir uma maior divulgação dos dados por parte dos municípios. Vale destacar também que, após a criação da LC nº 131/2009 e da LAI os municípios aumentaram a disponibilização de informações contábeis através de sites e portais da transparência.

## 4.2 ANÁLISE ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA (ITFE)

A amostra do estudo é composta pelos 399 municípios do Estado do Paraná, todos tendo passado por avaliação para se chegar ao resultado final do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE). Vale ressaltar que aqueles municípios que não atingiram qualquer critério do índice receberam nota zero.

Como destacado na metodologia, o ITFE busca mensurar como os municípios trabalham com a transparência pública, avaliando o nível da informação, a frequência com que essa informação é divulgada e se os sites possuem ferramentas de auxílio e incentivo à população.

O ITFE foi desenvolvido por Santana Junior (2008), com o objetivo de avaliar os poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil; no entanto, aqui foi utilizada uma adaptação do modelo desenvolvida por Cruz *et al.* (2009), que desenvolveram um estudo com foco para transparência municipal.

Para Santana Junior (2008) o modelo proposto busca analisar a preocupação com clareza com que a informação é repassada para a sociedade, mensurando a transparência e mais do que isso avaliando também se os municípios incentivam a população a participar do acompanhamento da transparência pública, através de discussões sobre Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A pontuação máxima do ITFE é 51 pontos, o modelo avalia dando nota 1, 3 ou 6, avaliando a qualidade da informação repassada pelos municípios caso o município atenda a todos os critérios do índice, e a mínima é de 0, caso ele não atenda a nenhum critério do índice.

Tabela 1 – Frequência de nota dos municípios do Estado do Paraná.

<b>Notas</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>	<b>Porcentagem</b>
0	28	7%
1-10	310	77,6%
11-20	29	7,2%
21-30	25	6,2%
31-40	5	1,2%
41-51	2	0,5%

Fonte: O autor (2014)

Na Tabela 1 é possível ver a frequência das notas, a grande maioria se encontra no intervalo entre nota 1 e 10, são 310 ou 77,6% da amostra, e tal fenômeno é explicado pelo número de municípios de pequeno porte no estado do Paraná, ou seja, 367 municípios.

A participação popular tem destaque no modelo proposto por Santana Junior (2008). Sobre isso, Przeworski (1998) salienta que os cidadãos são responsáveis pela fiscalização na atuação dos gestores em defesa dos interesses públicos, e podem aplicar sanções caso seja necessário, como por exemplo não reeleger um político que não atua de fato em prol da sociedade que o elegeu.

Segundo Nogueira (2004), existe uma preocupação para viabilizar a voz da comunidade, aumentando a participação popular. Assim, é necessária a abertura de espaços populares em que os cidadãos possam participar para demandar algo do serviço público e buscar respostas para os problemas apresentados.

As políticas participativas ganharam força no Brasil graças a três fatores: experiências de sucesso em pequenos municípios, como Piracicaba - SP e Lages - SC; aumento dos recursos municipais como resultado da redemocratização; e a atuação de partidos considerados de esquerda nos

anos 90, o que ajudou na mobilização popular e na consolidação de ideais mais transparentes (SOUZA, 2001).

Para o IBGE (2010), existem 4 categorias de distribuição populacional segundo o porte do município: Pequeno porte 1, até 20.000 habitantes. Pequeno porte 2, de 20.000 habitantes até 50.000 habitantes, médio porte, de 50.000 até 100.000 habitantes, e grande porte, com mais de 100.000 habitantes.

Para a LC nº 131/2009, não existe diferença entre municípios de pequeno porte 1 e 2, mas se utiliza o mesmo critério de distribuição, em que municípios de pequeno porte são aqueles com até 50.000 habitantes, de médio porte são aqueles com população entre 50.000 e 100.000 habitantes, e os de grande porte são os municípios com mais de 100.000 habitantes.

Segundo o critério de IBGE (2010), o Paraná possui 312 municípios na categoria pequeno porte 1, ou seja, até 20.000 habitantes; 55 entre 20.000 e 50.000 habitantes, ou pequeno porte 2; 14 com população entre 50.000 até 100.000 habitantes; e 18 de grande porte, com mais de 100.000 habitantes.

Porém, a maneira com que esses dados estão categorizados vai chegar a um resultado muito disperso na análise de médias, afinal, 312 municípios, ou 78,19% da amostra, estão classificados como pequeno porte 1, e 91,97% de municípios de pequeno porte segundo a LC nº 131/2009. Com isso, é necessário fazer uma nova categorização.

Dessa forma, os municípios passam a ser divididos da seguinte maneira: municípios de pequeno porte são aqueles com até 10.000 habitantes, de médio porte com população entre 10.000 e 50.000 habitantes, e de grande porte são aqueles com população acima de 50.000 habitantes.

Seguindo essa categorização, o Paraná possui 203 municípios considerados de pequeno porte, ou 50,87% da amostra, 164 de médio porte, ou 41,10% da amostra, e 32 de grande porte, ou 8,03% da amostra. Com tal categorização, a aplicação da análise de médias fica facilitada pela aproximação dos números dentro dos intervalos.

Tabela 2 – Estatística descritiva do ITFE com os municípios.

<b>Porte dos municípios</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Todos Municípios	5,49	2,00	0	42	7,84
Pequeno Porte (até 10.000 habitantes)	3,15	2,00	0	24	4,15
Médio Porte (10.000 – 50.000 habitantes)	5,28	2,50	0	39	6,64
Grande Porte (Mais de 50.000 habitantes)	21,46	23,00	1	42	12,08

Fonte: O autor (2014)

Como um dos objetivos desta pesquisa trata-se de analisar o nível de transparência fiscal eletrônica dos municípios do Estado do Paraná, entende-se que, perante os níveis demonstrados, a média, em todos os sentidos, é baixa, até mesmo os municípios considerados de grande porte não atingiram, em média, 50% da pontuação máxima possível.

Ao se analisarem as médias separadamente, fica mais evidente a relevância que o tamanho do município exerce na média, os considerados de pequeno porte obtiveram uma média de 3,15 pontos, o que representa 6,17%, enquanto os de grande porte tiveram uma média de 21,46, ou seja, 42,07% da nota total, a diferença entre os dois é de 35,1%, o que se pode considerar relevante ao se diferenciarem as médias pelo porte dos municípios.

Outro ponto a se destacar é a diferença na nota máxima apresentada pelos municípios: dentro do critério de pequeno porte, a maior nota foi de 24 pontos, que foi atingida pela cidade de Serranópolis do Iguaçu, que possui apenas 4.568 habitantes. Por sua vez, nos municípios de médio porte a nota máxima foi atingida pelo município da Lapa, 39 pontos, que possui 44.932 habitantes, é importante destacar ainda que essa nota foi uma das maiores obtidas nessa pesquisa, por isso merece o destaque.

Já entre os considerados de grande porte, duas cidades atingiram a maior nota do estudo, 42 pontos. Londrina, com uma população total de 506.701, e Curitiba com 1.751.907 habitantes, são os dois maiores municípios do estado do Paraná, o que também evidencia que o tamanho do município

influencia no nível do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), e com isso a H1 (O ITFE tem relação positiva com o número de habitantes do município.) pode ser confirmada.

É possível observar que a média obtida pelo Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), na média geral de todos os municípios, foi de 5,49. Isso representa uma porcentagem de 10,76%, bem diferente da apresentada por Cruz *et al.* (2009), de 46,22%, que realizaram um estudo apenas com municípios de grande porte. Entretanto, se for analisado o mesmo critério como descrito na Tabela 2, a média de 21,46 representa 42,07% da nota total, assim o resultado se aproxima do alcançado pelos autores.

#### 4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Como intuito de observar a relação entre os indicadores socioeconômicos e o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), foram propostas cinco hipóteses, todas sendo estudadas por uma variável quantitativa.

As hipóteses formuladas foram as seguintes: H1: O ITFE tem relação positiva com o número de habitantes do município; H2: O ITFE tem relação positiva com a taxa de alfabetização do município; H3: O ITFE tem relação positiva com o PIB *per capita* do município; H4: O ITFE tem relação positiva com receita orçamentária do município; H5: O ITFE tem relação positiva com o IDH do município.

Foram coletados dados de todos os 399 municípios paranaenses para atender às seguintes variáveis propostas na metodologia da pesquisa: População (POP), taxa de analfabetismo (TANA), produto interno bruto *per capita* (PIBC), receita orçamentária *per capita* (RECOC) e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) é possível observar a estatística descritiva dessas variáveis na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis independentes

Todos os municípios					
Variável	TANA	POP	PIBC	RECOC	IDH-M
Media	10,2	26.177	16.414,92	2,109,61	0,702
Mediana	10,1	9.026	14.462,37	1.900,37	0,706
Mínimo	1,5	1.409	6 878,75	691,28	0,546
Máximo	19,5	1.751.907	109.142,87	5.473,28	0,823
Desvio Padrão	3,91	98.378	9 260,31	761,25	0,038
Municípios de pequeno porte					
Variável	TANA	POP	PIBC	RECOC	IDH-M
Media	11,74	5.248	15.808,53	2.515,61	0,697
Mediana	11,80	5,050	14.054,66	2.345,73	0,703
Mínimo	1,5	1.409	8 014,08	1.417,64	0,546
Máximo	19,4	9.957	94 897,77	5.473,28	0,791
Desvio Padrão	3,60	1,960	8.351,37	786,45	0,036
Municípios de médio porte					
Variável	TANA	POP	PIBC	RECOC	IDH-M
Media	9,31	19.387	15.761,62	1.691,63	0,699
Mediana	8,95	15.747,00	14 409,93	1.642,43	0,706
Mínimo	2,4	10.167	7 404,39	1.034,63	0,573
Máximo	19,5	48.792	44 140,07	3.149,32	0,774
Desvio Padrão	3,43	9457	6 245,52	340,10	0,037
Municípios de grande porte					
Variável	TANA	POP	PIBC	RECOC	IDH-M
Media	4,94	193.738	23.609,63	1.676,21	0,749
Mediana	4,65	103.677	19.701,55	1.519,37	0,749
Mínimo	2,1	52.735	6.878,75	691,28	0,695
Máximo	7,7	1.751.907	109.142,87	5.268,44	0,823
Desvio Padrão	1,39	302.766	19.577,79	777,20	0,029

Fonte: O autor (2014)



Analisando as médias expostas na Tabela 3, é nítido observar a diferença entre os portes dos municípios, as variáveis apresentam uma significativa evolução ao desenvolverem do pequeno para o grande porte.

A Taxa de Analfabetismo (TANA) sai de uma média de 11,74% nos municípios de pequeno porte, passando por uma média de 9,31% no médio porte, e indo para 4,94% no grande porte; com isso, é possível destacar que as maiores cidades do estado têm uma menor taxa de analfabetismo.

Nos municípios de pequeno porte, o desvio padrão da Taxa de Analfabetismo (TANA) é maior, consequência da diferença entre a maior taxa 19,4% do município de Corumbataí do Sul, e a menor taxa, não só de pequeno porte mas de todo o Paraná, que pertence a cidade de Quatro Pontes, 1,5%.

O Produto Interno Bruto *per capita* (PIBC) também apresenta uma clara evolução ao se analisar a diferença da média de pequeno porte, 15.808,53 para 23.609,63 nos municípios de grande porte.

Entretanto, a maior diferença dentro dessa variável fica na categoria grande porte, em função de que o pior PIBC 6.878,75, que pertence a Piraquara, com 93,207 habitantes, e o melhor PIBC 109.142,87, é do município de Araucária, que tem uma população de 119.123, ambos considerados grandes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) também apresenta melhoria à medida que se desenvolvem as categorias, partindo de uma média de 0,697 nos municípios de pequeno porte, 0,699 no médio porte, e chegando até 0,749 no grande porte.

Ao se analisar o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), a diferença não é tão significativa se comparado com as outras variáveis, o que pode ser explicado se for considerado o fato de que a média do IDH-M do estado do Paraná é alta e quase uniforme, e, assim, a diferença passa a não ser tão relevante.

A variável que não demonstra evolução é a receita orçamentária *per capita* (RECOC), a melhor média apresentada aqui é a dos municípios de

pequeno porte com um valor de 2.515,61, bem diferente da média de grande porte de 1.676,21, representando uma diferença entre os valores de 33,36%.

O destaque negativo do RECOC fica para a cidade de Almirante Tamandaré, que tem 103.204 habitantes e uma receita orçamentária *per capita* de 691,28\$; já o destaque positivo fica para Nova Aliança do Ivaí, que possui a segunda menor população do estado, e tem um RECOC de 5.473,28\$.

Todas as variáveis apresentaram dados para os 399 municípios selecionados na amostra, com exceção da receita orçamentária *per capita* (RECOC), em que as informações foram obtidas através do FINBRA, da Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste em um banco de dados em que as informações são enviadas pelos próprios municípios. Todavia, dois municípios que não apresentaram seus dados no FINBRA acabaram sendo excluídos da amostra. Os municípios que não enviaram dados para o FINBRA foram: Guaraqueçaba e Ribeirão do Pinhal.

Para se testar a normalidade das variáveis, todas foram submetidas aos testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov Test, Kolmogorov-Smirnov Test with Lilliefors Significance Correction e Shapiro-Wilk Test.

Todas as variáveis apresentaram resultados fora da normalidade, e com isso se faz necessária a aplicação de testes não paramétricos. Neste estudo os testes utilizados foram o de Spearman e o de Kendall para medir a correlação entre as variáveis quantitativas. Com isso, a conclusão se baseará no resultado desse teste.

Nos estudos de Cruz *et al.* (2009), os autores utilizaram como teste não paramétrico o teste de Spearman, entretanto, Wright (2013) utilizou além do teste de Spearman, o teste de Kendall, justificando o uso do mesmo ao afirmar que seu estudo possui uma amostra maior do que o de Cruz *et al.* (2009). Além disso, possui muitas notas repetidas e muitas notas zero. O teste de Kendall pode servir como uma boa ferramenta para se fazer uma análise de correlação.

O coeficiente de Spearman é uma forma de medir a intensidade da correlação entre duas variáveis pesquisadas, o que é feito mensurando-se os níveis ordinais. Assim, a amostra analisada é organizada em séries ordenadas. O coeficiente de Spearman, é uma medida da intensidade da correlação entre duas variáveis com níveis de mensuração ordinal, de forma que os objetos analisados sejam organizados por postos em séries ordenadas (MARTINS, 2006).

Assim como no estudo de Wright (2013), que possuía uma amostra de 384 cidades, o estudo aqui apresentado também possui uma amostra significativamente maior do que a de Cruz *et al*, (2009), 22 municípios, e por possuir também muitas notas repetidas e muitas notas zero, a aplicação do teste de Kendall se justifica.

No estudo de Wright (2013), o autor destaca que 60 municípios não obtiveram nota, ou seja, ficaram com nota 0, ou 15,62%, já no presente estudo somente 28 cidades não obtiveram nota, o que representa 7,01% da amostra. Wright (2013) destaca que a maioria das notas 0 obtidas em seu estudo pertence a estados da região norte e nordeste do Brasil, o que pode justificar essa diferença entre as notas obtidas.

Tabela 4 - Correlação não paramétrica com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE)

Variáveis	Amostra	Correlação de Sperman		Correlação de Kendall	
		Coef.	P-Value	Coef.	P-Value
Taxa de analfabetismo (%)	399	0,205**	0,000	0,287**	0,000
População	399	0,264**	0,000	0,358**	0,000
PIB <i>per capita</i>	399	0,102**	0,004	0,144**	0,004
Receita orçamentária <i>per capita</i>	397	0,297**	0,000	0,402**	0,000
IDH-Municipal	399	0,088*	0,014	0,124*	0,013

Nota: \*A correlação é significativa ao nível de 1%.

\*\*A correlação é significativa ao nível de 5%.

Fonte: O autor (2014)

Com base na Tabela 4, observa-se que os testes apresentaram resultados parecidos, as associações analisadas o *p-value* apresentou relação positiva significativa para todas as variáveis, e com isso nenhuma hipótese pode ser descartada. Além disso, as variáveis Taxa de Analfabetismo (TANA), População (POP), PIB *per capita* (PIBC) e Receita Orçamentária *per capita* (RECOC) apresentam correlação significativa ao nível de 5% e a variável IDH-Municipal (IDHM) ao nível de 1%.

Analisando as variáveis apresentadas, em ambos os testes a variável que teve uma relação mais significativa com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) é a RECOC, com um coeficiente de 0,402 no teste de Kendall e 0,297 no teste de Spearman. Cruz *et al.* (2009) encontraram em seu estudo um coeficiente para o teste de Spearman na variável Receita orçamentária de 0,357, o que é próximo do obtido nesse estudo.

As variáveis quantitativas, População (POP) e Taxa de Analfabetismo (TANA) também tiveram uma relação fortemente associada com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE). A variável que apresentou a menor relação com o ITFE foi o IDH-Municipal, com um coeficiente de 0,124 na correlação de Spearman e 0,088 na correlação de Kendall, entretanto esses valores são muito próximos.

Assim, após a realização dos testes e a exposição dos resultados, que abarcam as cinco hipóteses propostas nesse estudo, H1, H2, H3, H4 e H5, constatou-se que apresentam uma relação positiva com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), e, portanto, as cinco hipóteses estão aceitas. Com intuito de aprofundar ainda mais o estudo, é necessário analisar todas as variáveis agrupadas e não somente em uma relação bivariada. Com isso, o estudo segue com uma regressão múltipla.

#### 4.4 REGRESSÃO MÚLTIPLA

Com o intuito de analisar todas as variáveis em conjunto, foi utilizado o software SPSS para realização de uma regressão múltipla, incluindo as

variáveis Taxa de Analfabetismo (TANA), População (POP), PIB *per capita* (PIBC) e Receita Orçamentária *per capita* (RECOC) e IDH-Municipal (IDHM), relacionando-se com a variável dependente Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE), e com isso é possível observar como cada variável influencia na variável dependente apresentada.

Segundo Tabachnick e Fidell (1996), a regressão múltipla pode ser considerada como uma série de técnicas estatísticas para se mensurar a relação de uma variável dependente com diversas variáveis independentes. É o caso do estudo ora apresentado.

A técnica utilizada para alcançar a regressão foi a dos mínimos quadrados, com esse método pode-se achar a menor soma possível dos quadrados dos resíduos. Para se comprovar a utilização dessa técnica, foi aplicado o teste *Stepwise*.

O método *stepwise* é um dos mais comuns no sentido de realizar uma busca sequencial, com essa técnica é possível observar quanto que cada variável independente contribui na relação com a variável dependente.

Tabela 5 – Teste *R Square* de regressão

<i>R</i>	<i>R Square</i>	<i>Adjusted R Square</i>	<i>Std. Error of the Estimate</i>
0,540	0,291	0,286	6,630

Fonte: O autor (2014)

Como exposto na Tabela 5, o coeficiente de determinação ajustado (*Adjusted R Square – R<sup>2</sup>*) mede o grau ajustamento da reta de regressão à amostra e indica a proporção de quanto as variáveis independentes influenciam na variável dependendo, esse índice é de 28,6%, ou seja o  $R^2$  mostra que 28,6% na variação do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) é influenciada pelas variáveis que o modelo considerou, que são: População (POP), Taxa de Analfabetismo (TANA) e PIB *per capita* (PIBC).

As demais variáveis apresentaram resultados superiores aos outros modelos testados a partir do método *Stepwise*, o que indica uma superioridade do modelo de regressão, ao se considerar as variáveis citadas.

Tabela 6 – Teste ANOVA para o modelo de regressão

	<b><i>Sum of Squares</i></b>	<b><i>df</i></b>	<b><i>Mean Square</i></b>	<b><i>F</i></b>	<b><i>Sig.</i></b>
<i>Regression</i>	7136,387	3	2378,796	54,122	0,000
<i>Residual</i>	17361,362	395	43,953		
<i>Total</i>	24497,749	398			

Fonte: O autor (2014)

A soma total dos quadrados (24497,749) é o resíduo quadrado encontrado caso fosse utilizada somente a média da variável dependente do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE). Ao se incluírem as variáveis independentes no modelo o resíduo, muda de valor passando para 17361,362.

Considerando que  $R^2$  é igual a zero como sendo a hipótese nula desse teste, ela é descartada, pois o *Sig.* (0,000) é menor que o  $\alpha$  estabelecido (0,05). Assim, rejeita-se a hipótese nula de que o  $R^2$  é igual a zero. É possível confirmar que as três variáveis independentes, População (POP), Taxa de Analfabetismo (TANA) e PIB *per capita* (PIBC) exercem algum tipo de influência na variável dependente ITFE, e o modelo é considerado significativo.

Tabela 7 - Coeficientes para o modelo de regressão

	<b>Unstandardized Coefficients</b>		<b>Standardized Coefficients Beta</b>	<b>t</b>	<b>Sig.</b>
	<b>B</b>	<b>STD. Error</b>			
(Constant)	7,346	1,333		5,511	0,000
População	3,205	0,000	0,405	9,157	0,000
Taxa de Analfabetismo	(0,407)	0,092	(0,203)	(4,407)	0,000
PIB per capita	8,988	0,000	0,105	2,325	0,021

Fonte: O autor (2014)

Ao se realizar a análise da regressão, é possível observar que a variação de um ponto na variável População (POP) influencia em 3,2%, em média, na variável dependente, ao passo que para a taxa de analfabetismo (TANA) ocorre um decréscimo de 0,4%, em média, na variável dependente Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE). E para cada um ponto de variação no PIB *per capita*, a variável dependente varia, em média, 8,9%, sendo assim a variável a mais fortemente associada ao ITFE.

Concluindo a análise de regressão, vale o destaque que o modelo estimado mostra uma influência de 28,6% na variável dependente índice de transparência fiscal eletrônica, e as variáveis que influenciam nesse processo são a taxa de analfabetismo, população e PIB *per capita*, com essa última variável tendo a mais relevante influência.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender o nível da transparência fiscal eletrônica dos municípios do estado do Paraná, utilizando-se para tanto da avaliação dos portais da transparência municipais. A amostra foi composta pelas 399 cidades que compõem o Paraná, e foram avaliadas as seguintes características municipais: Taxa de Analfabetismo, Tamanho da População, PIB *per capita*, Receita Orçamentária e IDH-Municipal (IDHM). Esses dados foram relacionados e o método utilizado para avaliação dos sites foi o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE).

Assim exposto, inicialmente procurou-se demonstrar o cenário encontrado, destacando que, da amostra pesquisada de 399 municípios, 371 possuem portal da transparência para divulgar os dados, entretanto, somente 219 mantêm uma atualização constante, ou seja, 152 estão com o site desatualizado. Além disso, 28 obtiveram nota zero, não possuindo portal da transparência ou alcançando qualquer outro critério de avaliação determinado pelo ITFE.

Quanto ao tamanho do município, segundo o IBGE (2010), o Paraná possui 312 municípios de pequeno porte, o que representa 78,19% da amostra; com isso, se fez necessário uma nova categorização, já destacada nos resultados desta pesquisa, em que os municípios de pequeno porte passam a ter 203 cidades, ou 50,87% da amostra, o que faz com que a amostra passe a ser mais heterogênea.

Foi constatado que as maiores notas do Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE) pertencem aos municípios de grande porte, a média da nota obtida por essa categoria foi de 21,46 pontos, o que representa 42,07% da nota total, já os municípios de médio porte alcançaram uma média de 5,28 pontos, enquanto que os de pequeno porte obtiveram apenas 3,15 pontos na média do ITFE.



É possível destacar que os municípios de médio e pequeno porte, ou seja, aqueles com menos de 50.000 habitantes possuem problemas relacionados à transparência na gestão pública.

Em comparação a estudos anteriores, o número de municípios que não possui portal da transparência para divulgação dos dados apresenta queda. Paiva e Zuccolotto (2012), em seu estudo, destacam que 33,9% da amostra não possuía site para divulgação dos dados, ao passo que no estudo de Wright (2013) esse dado era de 16,4%, e aqui no presente estudo esse número foi de 28, ou 7,01%, isso representa que apesar da qualidade a informação ainda ser abaixo do esperado, boa parte dos municípios está atendendo ao critério inicial da LC 131/2009, e está criando um portal da transparência para divulgação dos dados.

As duas maiores notas obtidas pertencem aos maiores municípios do estado do Paraná, Curitiba com 1.751.907 habitantes e Londrina com uma população total de 506.701, obtiveram uma nota de 42 pontos no ITFE, o que representa um total 82,35% da nota máxima possível. Londrina já havia sido destacada por Cruz (2010) como uma das maiores notas em sua pesquisa, o que prova que o município continua preocupado com a transparência na gestão pública.

Já no que se refere aos fatores que influenciam a transparência fiscal, por meio das técnicas aplicadas, de testes não paramétricos, foi verificado que todas as variáveis apresentadas, Taxa de Analfabetismo, Tamanho da População, PIB *per capita*, Receita Orçamentária e IDH-Municipal (IDHM) possuem uma correlação estatisticamente significativa com o Índice de Transparência Fiscal Eletrônica (ITFE).

O resultado apresentado no teste de correlação foi corroborado ao se analisarem as variáveis independentes como conjunto dentro de uma análise multivariada, sob a abordagem *Stepwise*, o resultado encontrado foi que ao menos três variáveis apresentam relação estatisticamente significativa com o modelo proposto.

O modelo desenvolvido demonstrou uma relação explicativa de aproximadamente 28,6%, com uma relação mais significativa com a variável PIB *per capita*. Importante destacar também que vários outros fatores podem influenciar no processo de determinar o nível da transparência fiscal eletrônica, os quais não foram abordados nesta pesquisa.

Como foi demonstrado, é possível concluir que as variáveis selecionadas para esse estudo possuem um bom poder para explicar o fenômeno da transparência municipal levantado pela pesquisa. Assim, é possível afirmar que as variáveis apresentadas Taxa de Analfabetismo, Tamanho da População, PIB *per capita*, Receita Orçamentária e IDH-Municipal (IDHM) possuem influência na transparência fiscal eletrônica dos municípios do estado do Paraná.

Com isso, sugere-se que os estudos futuros busquem abranger novas variáveis independentes, sejam elas quantitativas ou qualitativas, ambas as vertentes só tendem a enriquecer mais o campo de pesquisa e aprofundar a explicação sobre o fenômeno analisado.

É sugerido também que essa pesquisa seja replicada no futuro com uma amostra diferente, para se verificar mais a fundo o comportamento da transparência fiscal eletrônica, e também como ferramenta de comparação entre esse estudo e as futuras pesquisas.

É necessário continuar incentivando a participação popular, a falta de divulgação dos dados públicos em alguns municípios, pode estar relacionada com uma ausência de cobrança sobre os gestores públicos. Além disso se faz necessário uma maior divulgação sobre a Lei de responsabilidade fiscal, para que a população saiba de fato como cobrar.

Devido à proximidade temporal da criação da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), caberá a pesquisas futuras avançar na obtenção de resultados para que o campo de pesquisa possa seguir avançando.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Os desafios da administração pública gerencial no contexto brasileiro. Brasília: MARE, **Revista Gerencial**, n. 5, Jan. 1999.

AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, accountability, e democracia delegada: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 723-745, set./out. 2002.

ALT, James E.; LASSEN, David Dreyer; SHANNA, Rose. The Causes of Fiscal Transparency: Evidence from the American States. **IMF Staff Papers**, v. 53 (special issue). International Monetary Fund, 2006.

AMORIM, C. A. N. **Princípio republicano, cargo em comissão e clientelismo político nos municípios do estado do Rio de Janeiro**: reflexões sobre a profissionalização da função pública no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.ecg.tce.rj.gov.br/arquivos/08MEBAP\\_AmorimCarlos.pdf](http://www.ecg.tce.rj.gov.br/arquivos/08MEBAP_AmorimCarlos.pdf) Acesso em: 02 mai. 2014.

ANGÉLICO, F; MICHENER, G. Transparência: O Brasil vai corresponder às expectativas? **Valor Econômico**, Jun. 2012.

ANAO. Australian National Audit Office. **Electronic service delivery, including Internet Use by Commonwealth government agencies**. Canberra, AustralianNationalAudit Office, 1999. Disponível em: [http://www.anao.gov.au/uploads/documents/1999-00\\_Audit\\_Report\\_18.pdf](http://www.anao.gov.au/uploads/documents/1999-00_Audit_Report_18.pdf) Acesso em: 29/06/2014

ARAÚJO, L.S.O. **A economia política do orçamento público: o caso brasileiro como inspiração e referência**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Economia, 2003.

BABER, W. R. Towards understanding the role of Auditing in the public sector. **Journal of Accounting and Economics**, North-Holland, v. 5, n.3, p. 213-227, 1983.

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2013.

BAKAR, N. B.; SALEH, Z. **Incentives for disclosure of accounting information in public sector: a literature survey.** *International Research Journal of Finance and Economics*, Euro Journals Publishing Inc, v.75, p. 24-38, 2011.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BELLVER, A.; KAUFMANN, D. **Transparenting Transparency:** Initial Empirics and Policy Applications. The World Bank, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2008.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A Crise do Estado:** ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo: Nobel, 1992. 188p.

\_\_\_\_\_. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 7-29, 1996.

\_\_\_\_\_. **Reforma do Estado para a Cidadania:** a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998. 368p.

BUCHANAN, J. M. **The limits of liberty. Between anarchy and Leviathan.** Chicago/London, The University of Chicago Press. (1975).

\_\_\_\_\_, TULLOCK, G. **The calculus of consent:** the logical foundations of constitutional democracy. Ann Arbor: The University of Michigan Press. 1962.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores:** Estado, Governo e Burocracia na terra do jeitinho. Curitiba: EBEL: IBQP/PR, 2000. p.169.

CAMPOS, A. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50. 1990.

CINCA, C. S.; TOMÁS, R. M.; TERRAGONA, P. P. **Factors influencing e-disclosure in local public administrations.** Faculdade de Ciências Económicas y Empresariales Universidad de Zaragoza, Documento de Trabajo 3, 2008. 44 p.

CLARKE, J; NEWMAN, J. **The Managerial State.** London: Sage, 1997. 176p.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Orientações para a implementação da Lei de Acesso à Informação nas ouvidorias públicas.** Brasília, DF. Recuperado em 22/05/2014, de [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br).

COSTIN, C. Controle Social via Internet. **Jornal Folha de São Paulo**, Caderno 1 – Tendências/Debates, 13/05/1999.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009.

CRUZ, C. F. Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros, 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.46, n.1, Jan./Feb. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100008) Acesso em: 01 mai. 2014.

DBEHN, R. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. **Revista do Serviço Público**, Ano 49, n.4, Out-Dez 1998.

DATASUS. Ministério da saúde, 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2000/fqb01.htm>. Acesso em: 01/07/2014.

DEMUTH H.; BEALE M.; HAGAN, M. **Neural Network Toolbox 6**. The MathWorks, Natic, MA, USA, 2008.

DI GIACOMO, W. A. New Public Management no Canadá e a gestão pública contemporânea. **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, n. 5, p. 155-170, 2005.

DOWBOR, L. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://dowbor.org/04infocid.doc>. Acesso em: 17/05/2014.

EISENHARDT, K. M. Agency Theory: an assessment and review. **Academy of Management Review**, v. 14, n.1, p.57-74, 1989.

FREIRE, E. S. **Direito Administrativo**: teoria, jurisprudência e 1000 questões. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRATERON, I. R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 21, maio/ago. 1999

HEALD, D. **Varieties of transparency**. Transparency: The Key to Better Governance? British Academy. Oxford University Press, 2006.

HEALD, D. Why is transparency about public expenditure so elusive? **International Review of Administrative Sciences**, Sage, n. 78, p. 30-49, 22 mar. 2012.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOBBS, T. **Leviã**. (1651). Trad. Eunice Ostrenky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOOD, C. A Public Management for all Seasons? **Public Administration**, v. 69, 1991.

HOPE, K. R. The new public management: context and practice in Africa. **International Public Management Journal**, Philadelphia, n.7 , p.119-134, nov. 2001.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>. Acesso em: 28/06/2014.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf). Acesso em: 01/07/2014.

JACQUES, F. V. S.; QUINTANA, A. C.; MACAGNAN, C. B. Transparência em Municípios da Região Sul do Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2013.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, out. 1976.

JORGE, S.; SÁ, P. M.; PATTARO, A. F.; LOURENÇO, R. P. Local Government financial transparency in Portugal and Italy: a comparative exploratory study on its determinants. Biennial CIGAR Conference, v. 13, Bélgica, 2011.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

LAKATOS; E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LASWAD, F.; FISHER, R.; OYELERE, P. Public sector financial disclosure on the internet: a study of New Zealand local authorities. **Commerce Division Discussion Paper**, v. 92, 2001.

LOCK, F. N. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na internet**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2003.

LOPES, C. A. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno Finanças Públicas**, Brasília, n. 8, dez. 2007.

LOPES, F. C.; FREIRE, G. M. C. A. Governo eletrônico e accountability: avaliação da publicização das contas públicas dos estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., **Anais...** Fortaleza, 2010.

MANUAL de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários, 5.ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/ SOF nº 02/2012.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2009

MARTINS JÚNIOR, W. P. **Transparência administrativa**: publicidade, motivação e participação popular. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010

MICHENER, G. **Conceptualizing the Quality of Transparency**. In: I CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRANSPARÊNCIA, Rutgers University, Newark, 19-20 maio, 2011.

MITCHELL, R. B. Transparency for governance: The mechanisms and effectiveness of disclosure-based and education-based transparency policies. **Ecological Economics**, v.70, p.1882–1890, 2011.

MEIJER, A. **Understanding mediated transparency using cultural sociology and media theory to understand the new transparency in the public sector**. Utrecht School of Governance Bijlhouwestraat. In: Annual EGPA Conference, Madrid, 2007. Disponível em: [https://www.scss.tcd.ie/disciplines/information\\_systems/egpa/docs/2007/Meijer%2007.doc](https://www.scss.tcd.ie/disciplines/information_systems/egpa/docs/2007/Meijer%2007.doc). Acesso em: 15/08/2014.

MEIJER, A. Understanding modern transparency. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 2, p. 255-269, 2009.

MULGAN, R. The Processes of Public Accountability. **Australian Journal of Public Administration**, Austrália, n. 56, p. 25-36, mar. 1997.

MUELLER, D.C. **Public Choice II: a revised edition of public choice**. Cambridge:Cambridge university press, p.518, 1989.

NAZÁRIO, D. C.; SILVA, P. F.; ROVER, A. J. Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência do governo federal. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 6, p. 180-199, 2012.

NOGUEIRA, M. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NOSSA, V.; KASSAI, S.; KASSAI, J. R. **A teoria do agenciamento e a contabilidade**. In: ENANPAD, 24., 2000, Florianópolis, 2000.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o Governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1995. 436p.

PAIVA, C. P. R.; ZUCCOLOTTO, R. Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., **Anais...** São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Fatores Determinantes da Transparência na Gestão Pública dos Municípios Brasileiros. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 2012. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2012.

PAULA, A. P. P. **Por uma Nova Gestão Pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PEREIRA, J. R. T.; CORDEIRO, J. B. F. Rejeições de Prestação de Contas de Governos Municipais: O que está acontecendo? **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v.15, n. 1, p.33 – 43, 2012.

PÉREZ, C. C.; HERNÁNDEZ, A. M. L.; BOLÍVAR, M. P. R. Citizens access to on-line governmental financial information: Practices in the European Union countries. **Government Information Quartely**, v. 22, p. 258-276, 2005.

PINHO, J. A. G. Internet, Governo Eletrônico, Sociedade e Democracia no Brasil: Algumas Questões Básicas em Debate. **Revista VeraCidade**. n. 3. p. 1-20, 2008.



PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.6, p. 1343- 1368, nov./dez. 2009.

PINTO JR., H.Q.; PIRES, M.C.P. Comportamentos estratégicos e assimetria de informação: problemas para o exercício da regulação. **Revista Brasileira de Energia**, v.7, n.2, p.89-101, 1999

PIOTROWSKI, S. J.; VAN RYZIN, G. G. Citizen Attitudes Toward Transparency in Local Government. **The American Review of Public Administration**, Sage, n. 37, p. 306-326, 2007.

PISCITELLI, T. **Direito Financeiro Esquematizado**. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2011.

PRZEWORSKI, A. Reforma do Estado: responsabilidade política e intervenção econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32. São Paulo: ANPOCS, 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER PEREIRA, C.L.; SPINK, P.K. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PUDDEPHATT, A. Exploring the Role of Civil Society in the Formulation and Adoption of Access to Information Laws: The Cases of Bulgaria, India, Mexico, South Africa, and the United Kingdom. **Access to Information Working Paper Series**, 2009. Disponível em: < <http://siteresources.worldbank.org/PSGLP/Resources/WP-Civil-web-RevFin.pdf>>. Acesso em: 24 Jan. 2015.

RAUPP, F. M. Prestação de Contas de Executivos Municipais de Santa Catarina: uma Investigação nos Portais Eletrônicos In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2013.

RICCI, R. Controle Social: um conceito e muitas confusões. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano IX, n. 98, jul. 2009.

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. **Ecônomia**. Traduzido por Elsa Nobre Fontana e Jorge Pires Gomes 13. Ed. São Paulo. McGRAW-Hill, 1993.

SANCHEZ, I. M. G.; ACEITUNO, J. V. F. ; DOMÍNGUEZ, L. R. Determinants of corporate social disclosure in Spanish Local governments. **Journal of Cleaner Production**, n. 39, p.60-72, 2013.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências

Contábeis) - Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação, Recife, PE, Brasil. 2008

SANTOS, L. A.; CARDOSO, R. L. S. **Perspectivas para o Controle Social e a Transparência da Administração Pública**. Tribunal de Contas da União, Prêmio Serzedello Corrêa, Brasília, 2001.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing Accountability. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Mark F. (Eds.). **The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies**. Colorado: Lynne Rienne, . p. 13-28, 1999.

SCHUMPETER, J. A., **Capitalismo, Socialismo e Democracia**, Rio, Zahar, 1984

SIAU, K.; LONG, Y. Factors impacting e-government development. **International Conference on Information Systems**, n.25, 2004.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR, N.J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. São Paulo: Artmed, 2006. 448p.

SILVA, L. M.; FEIJÓ, P. H. Contabilidade aplicada ao setor público. In: RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. p.185-238.

SILVEIRA, A.M **A perspectiva da escolha pública e a tendência institucionalista de Knight**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p.111-133, jan/ mar 1996.

SÖTHE, A. **Diretrizes do IFAC para o regime de competência**: impactos nos resultados contábeis dos governos municipais da microrregião de São Miguel do Oeste - SC. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

SOUZA, C. **Construção e consolidação de instituições democráticas**: O papel do orçamento participativo. São Paulo, Perspectiva, v.15, n.4, São Paulo, 2001.

STAATS, A.W. **Behavior and personality**: psychological behaviorism. New York: Springer, 1996.

STIGLITZ, J. E. **On Liberty, the Right to Know, and Public Discourse**: The Role of Transparency in Public Life. Oxford: Oxford Amnesty Lecture, 1999.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. 3rd ed. New York: Harper Collins, 1996.

TEIXEIRA, A. **Guia da Cidadania para a Transparência**: Prevenção contra a Corrupção. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TERENCE, A.C.F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização de pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, ENEGEP, XXVI., 2006, Fortaleza-CE. **Anais...** Fortaleza: s.n., 2006. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006\\_tr540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf) Acesso em: 15/05/2014.

TULLOCK, G.; SELDON, A.; BRADY, G. L. **Government failure**: a primer in public choice. Washington: Catho Institute, 2002.

VALE. Prêmio Serzedello Corrêa 2001: Monografias vencedoras: Perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública. Tribunal de contas da união. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2002. 364p.

VIANA, E. A **Governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

VIGNOLI, F. H; MORAES, A. M. Bezerra. **A Lei de Responsabilidade Fiscal comentada para municípios**. São Paulo. FGV /EAESP. 2002.

WEHNER, J.; RENZIO, P. Citizens, Legislators, and Executive Disclosure: The Political Determinants of Fiscal Transparency. **World Development**, v. 41, Elsevier, 2013.

WRIGHT, G. A. **Análise dos fatores determinantes da transparência fiscal ativa nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – UnB-UFPB-UFRN. João Pessoa, 2013.

YAMAMOTO, K. Accounting system reform in japanese local Governments. **Financial Accountability & Management**, London, UK, v.15, n.4, p.291-307, Nov,1999.

ZIMMERMAN, J. L. The municipal accounting maze: an analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, v.15, p. 107-144, 1977.

ZUCATTO, L. C. et al. Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública, **ConTexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, 2. sem. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/11701/6909>. Acesso em: 16/05/2014.





Carlópolis	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Cascavel	1	1	1	1	6	0	6	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	3	0	1	0	25
Castro	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	6	0	1	3	0	0	1	0	40
Catanduvas	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	21
Centenario do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cerro Azul	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Ceu Azul	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Chopinzinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Cianorte	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	24
Cidade Gaucha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Clevelândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Colombo	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	0	0	0	0	0	0	1	0	27
Colorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Congonhinhas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Conselheiro Mairinck	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contenda	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3
Corbelia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Cornelio Procopio	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	17
Coronel Domingos Soares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Coronel Vivida	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Corumbatai do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Cruz Machado	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	21
Cruzeiro do Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Cruzeiro do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cruzeiro do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cruzmaltina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curitiba	1	1	0	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	6	0	1	3	3	0	1	0	42
Curiúva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Diamante do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Diamante do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Diamante d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dois Vizinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Douradina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Doutor Camargo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Doutor Ulysses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Eneas Marques	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Engenheiro	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	1	1	0	8

[illegible]

Icaraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Iguaracu	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3
Iguatu	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	5
Imbau	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	6
Imbituva	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5
Inacio Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inaja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Indianopolis	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Ipiranga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ipora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Iracema do Oeste	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Irati	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Iretama	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Itaguaje	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaipulandia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4
Itambaraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itambe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Itapejara d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Itaperucu	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	7
Itauna do Sul	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Ivai	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Ivaipora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ivate	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ivatuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Jaboti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jacarezinho	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	8
Jaguapita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Jaguariaiva	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4
Jandaia do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Janiopolis	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	6
Japira	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Japura	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5
Jardim Alegre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Jardim Olinda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Jataizinho	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Jesuitas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Joaquim Tavora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jundiá do Sul	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	17
Juranda	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Jussara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Kalore	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Lapa	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	6	0	0	3	0	0	1	39





Morretes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3
Munhoz de Melo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Nossa Senhora das Gracas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Alianca do Ivaí	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	6	6
Nova America da Colina	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2
Nova Aurora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Nova Cantu	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	3
Nova Esperanca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Esperanca do Sudoeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Nova Fatima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Nova Laranjeiras	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	8	8
Nova Londrina	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	7	7
Nova Olimpia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2
Nova Prata do Iguacu	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	6	6
Nova Santa Barbara	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6	6
Nova Santa Rosa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3
Nova Tebas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Novo Itacolomi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Ortigueira	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	1	7	7
Ourizona	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3
Ouro Verde do Oeste	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5	5
Paicandu	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	17	17
Palmas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	4
Palmeira	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	10	10
Palmital	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5	5
Palotina	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	0	0	0	0	0	0	1	0	27	27
Paraiso do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Paranacity	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Paranagua	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	19	19
Paranapoema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paranavai	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	25	25
Pato Bragado	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	17	17
Pato Branco	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	11	11
Paula Freitas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2
Paulo Frontin	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2
Peabiru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2

Perobal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Perola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Perola d'Oeste	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Pien	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	6
Pinhais	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	6	0	1	3	0	0	1	0	40
Pinhal de Sao Bento	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Pinhalao	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Pinhao	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	7
Pirai do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	5
Piraquara	0	0	1	1	6	3	6	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1	1	1	0	25
Pitanga	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Pitangueiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Planaltina do Parana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Planalto	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	8
Ponta Grossa	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	22
Pontal do Parana	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	22
Porecatu	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Porto Amazonas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	8
Porto Barreiro	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7
Porto Rico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Porto Vitoria	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Prado Ferreira	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pranchita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Presidente Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Primeiro de Maio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Prudentopolis	1	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	23
Quarto Centenario	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Quatigua	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	7
Quatro Barras	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	22
Quatro Pontes	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Quedas do Iguacu	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	14
Querencia do Norte	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5
Quinta do Sol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Quitandinha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Ramilandia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rancho Alegre	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Rancho Alegre d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Realeza	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	6



Santo Antonio do Caiua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Santo Antonio do Paraíso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Santo Antonio do Sudoeste	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	8
Santo Inacio	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	9
Sao Carlos do Ivai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sao Jeronimo da Serra	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Sao Joao	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5
Sao Joao do Caiua	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Sao Joao do Ivai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sao Joao do Triunfo	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Sao Jorge do Ivai	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Sao Jorge do Patrocinio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sao Jorge d'Oeste	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Sao Jose da Boa Vista	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Sao Jose das Palmeiras	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Sao Jose dos Pinhais	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	1	1	0	34
Sao Manoel do Parana	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Sao Mateus do Sul	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	12
Sao Miguel do Iguacu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Sao Pedro do Iguacu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sao Pedro do Ivai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sao Pedro do Parana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sao Sebastiao da Amoreira	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Sao Tome	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
Sapopema	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	8
Sarandi	0	1	1	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	23
Saudade do Iguacu	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	19
Senges	1	1	1	1	6	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	19
Serranopolis do Iguacu	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	1	1	0	24
Sertaneja	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Sertanopolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Siqueira Campos	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	22

Sulina	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Tamarana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Tamboara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Tapejara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Tapira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teixeira Soares	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	9
Telemaco Borba	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	13
Terra Boa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Terra Rica	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Terra Roxa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Tibagi	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	8
Tijucas do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Toledo	1	1	1	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	25
Tomazina	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3
Tres Barras do Parana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Tunas do Parana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tuneiras do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Tupassi	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Turvo	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	8
Ubirata	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3
Umuarama	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	1	6	3	0	0	0	0	0	1	1	0	28
Uniao da Vitoria	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3	1	1	1	0	11
Uniflor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Urai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ventania	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7
Vera Cruz do Oeste	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Vere	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Virmond	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vitorino	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3
Wenceslau Braz	0	0	0	1	6	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	1	1	0	22
Xambre	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4